

**Ata da sessão Ordinária realizada
dia 27 de dezembro de 2013**

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro, do ano dois mil e treze, pelas **21 horas**, reuniu-se a Assembleia Municipal de Almodôvar, em **Sessão Ordinária**, na sala das sessões, no edifício-sede dos Paços do Município, sob a Presidência de **Severo Venâncio Estevens de Almeida**, secretariada por **Duarte Freitas de Sousa**, como 1.º secretário e **Carlos Almeida Caetanita**, como 2.º secretário, dando cumprimento ao preceituado no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

Encontravam-se presentes na sessão os deputados: -----

Eleitos pelo PS: José Eduardo Pereira Brites, Vítor Manuel Vilhena Saleiro, Ana Maria Rodrigues T. Ramos Barão, José Manuel Rodrigues Guerreiro, o Presidente de Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, José Germano Silvestre e o Presidente da União de Freguesias de Almodôvar e Graça dos Padrões, Domingos Manuel Romba Guerreiro;-----

Eleitos pelo IPA: Francisco Lourenço Teixeira, Celeste Colaço do Rosário Sebastião, Vítor Manuel Libânio Afonso, Maria Filomena M. Guerreiro, José Romba Guerreiro, a Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, Sara Isabel Martins Agostinho e o Presidente da Junta de Freguesia do Rosário, Joaquim António Guerreiro; -----

Eleitos pelo PSD:, Lucília Conceição Sousa Aleixo de Barôa, Ricardo Emanuel Geraldo Jacob, Paula Cristina V. Camacho Botelho, o Presidente da União de Freguesias de Santa Clara-a-Nova e Gomes Aires, Hélder Manuel Palma Guerreiro e o Presidente de Junta de Freguesia de S. Barnabé, Sérgio Manuel Afonso Palma; -----

Faltaram à sessão os deputados Dina Guerreiro Cavaco (IPA), Maria de Fátima Paleta do Carmo (PS), Cláudio André Brás Silvestre (PS) e Luís Manuel das Neves Rodrigues (PSD), os quais pediram a respetiva substituição, tendo sido substituídos, nos termos legais, pelos suplentes Maria Filomena Guerreiro (IPA), Ana Maria Rodrigues T. Ramos Barão (PS), José Manuel Rodrigues Guerreiro (PS) e Paula Cristina V. Camacho Botelho (PSD), respetivamente. -----

A Mesa justificou a falta. -----

Nos termos dos n.ºs 1 e 3 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, estiveram presentes nesta sessão para além do Presidente da Câmara, **António Manuel Ascensão Mestre Bota** (PS), os Vereadores, **Luís Artur dos Santos Gaiolas**, **Ricardo António**

Monteiro Colaço (PSD) e **António José Messias do Rosário Sebastião** (IPA) -----

Faltou à presente sessão o Vereador **João António Rodrigues Palma** (IPA) -----

A – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

- A.1.** - *Suspensão de mandatos e preenchimento de vagas;*-----
- A.2.** - *Votação da ata nº 25 de 13 de setembro de 2013 (2009/2013) e da ata nº 1 de 18 de novembro de 2013 (2013/2017);* -----
- A.3.** - *Leitura de expediente;* -----
- A.4.** - *Intervenções.* -----

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

- B.1.** - *Apreciação e deliberação da Proposta da Mesa para elaboração do novo Regimento;*-----
- B.2.** - *Apreciação e deliberação da retificação à Proposta nº 8/PC/2013, relativa à Derrama;*-----
- B.3.** - *Apreciação e deliberação da Proposta nº 20/PRESIDENTE/2013 sobre a Autorização Prévia Genérica, no âmbito da Lei dos Compromissos;*
- B.4.** - *Apreciação e deliberação do Regulamento de Controlo Interno da Câmara Municipal;*-----
- B.5.** - *Apreciação e deliberação dos Protocolos com as Juntas de Freguesia;* -----
- B.6.** - *Apreciação e deliberação do Mapa de Pessoal para o ano 2014;*-----
- B.7.** - *Apreciação e deliberação da Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o exercício económico de 2014;*-----
- B.8.** - *Conhecimento da Atualização das Taxas e Outras Receitas Municipais constantes na tabela anexa ao Regulamento, para vigorar o ano económico de 2014;*-----
- B.9.** - *Designação de membros para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;* -----
- B.10.** - *Conhecimento da Listagem dos Compromissos Assumidos, no âmbito da Autorização Prévia Genérica para assunção dos mesmos, nos termos do disposto na Lei nº 8/2012, de 28 de fevereiro;* -----
- B.11.** - *Conhecimento do auto de abate de material informático;*-----
- B.12.** - *Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município, bem como da situação financeira; (alínea c) do nº 2 do art.º 25.º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro)* -----
- B.13.** - *Aprovação da ata em minuta.* -----

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA

C.1.- Intervenção dos Municípes (n.º 1, do art.º 49.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro). -----

A – PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

A.1. - SUSPENSÃO DE MANDATO E PREENCHIMENTO DA RESPETIVA VAGA: -----

O **Presidente da Assembleia** começou por ler uma carta remetida pelo **membro suplente**, do movimento “Independentes por Almodôvar”, Sr. João Manuel dos Santos Romba Guerreiro, através da qual pede a renúncia de mandato. -----

A **Assembleia tomou conhecimento e aceitou a renúncia**, embora esta situação só futuramente se pudesse vir a encarar, uma vez que é membro suplente e, de momento, não se verificam os pressupostos que levem a colocar esta situação. -----

O **Presidente da Assembleia** comunicou que pediram a **suspensão do mandato** e respetiva substituição os deputados da Assembleia, Dina Guerreiro Cavaco (IPA) [1dia], Maria de Fátima Paleta do Carmo (PS) [1dia], Cláudio André Brás Silvestre (PS) [1dia] e Luís Manuel das Neves Rodrigues (PSD) [365 dias] -----

Prosseguindo, o **Presidente da Assembleia** deu conhecimento que a **suspensão** solicitada pelo deputado **Luís Manuel das Neves Rodrigues é de 365 dias**, tendo sido substituído pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da lista de candidatura à Assembleia Municipal, apresentada pelo Partido Social Democrata, **Paula Cristina V. Camacho Botelho.** -----

A Assembleia tomou conhecimento e nada objetou. -----

A.2. - VOTAÇÃO DA ATA Nº 25 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013 (2009/2013) E VOTAÇÃO DA ATA N.º 1 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013 (2013/2017): -----

Previamente à votação das atas, o deputado **Francisco Teixeira**, referiu que também devia constar para aprovação a ata da eleição da mesa realizada após a tomada de posse. -----

Em resposta, o **Presidente da Assembleia**, disse que se tratou de um lapso dos serviços de apoio e comprometeu-se a trazer à próxima sessão da Assembleia a referida ata para aprovação. -----

DISPENSA DA LEITURA DAS ATAS: -----

Em seguida, o **Presidenta da Assembleia** propôs que, para vigorar durante todo o mandato, fosse **dispensada a leitura das atas** no início da

sessão, uma vez que são enviadas a todos os deputados com a devida antecedência, juntamente com a convocatória, tendo os deputados da Assembleia, **por unanimidade**, concordado com o procedimento. -----

VOTAÇÃO DA ATA Nº 25 DE 13 DE SETEMBRO DE 2013 (2009/2013): -----

O **Presidente da Assembleia** informou que iria colocar à votação a **Ata n.º 25** da Sessão Ordinária de 13 de setembro de 2013 e última do **anterior mandato**, por ser esta a primeira sessão ordinária que se lhe seguiu, embora de um novo mandato. -----

Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Ata n.º 25** da Sessão Ordinária de 13 de setembro de 2013, a qual foi **aprovada por maioria**, com 8 votos a favor (IPA e PSD) e 13 abstenções (PS e PSD). -----

VOTAÇÃO DA ATA N.º 1 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2013 (2013/2017): -----

Prosseguindo o **Presidenta da Assembleia** solicitou que antes de colocar a ata à votação, a assembleia considera-se algumas imprecisões existentes nas páginas 6, 11 e 15 e as considerassem como corrigidas no original.-----

O **Presidente da Assembleia** colocou à apreciação a **Ata n.º 01** da Sessão Extraordinária de 18 de novembro de 2013. -----

Não havendo intervenções, o **Presidente da Assembleia** colocou à **votação a Ata n.º 1** da Sessão Extraordinária de 18 de novembro de 2013, a qual foi **aprovada, por maioria**, com 18 votos a favor (PS, PSD, IPA) e 3 abstenções (PS, PSD, IPA). -----

O deputado José Brites (PS), apresentou a seguinte Declaração de Voto que se transcreve: -----

"Declaração de voto a favor -----

"Declara este voto pessoal a favor por ter recebido esta ata n.º1 de 18 Novembro 2013, conjuntamente com a convocatória, enviada a 16 de Dezembro para a sessão a realizar dia 27 do mesmo mês, sendo assim cumprido pela Mesa da Assembleia o prazo estipulado e daí este meu voto a favor.-----

Tal declaração deve-se ao facto de eu ter como deputado eleito pelo PS feito parte do mandato anterior 2009 a 2013, e tal que me lembre nunca ali ter acontecido receber da Mesa anterior da Assembleia ata e convocatória juntas, apesar de naquele período ter feito muitas insistências por escrito, e

muitas vezes por esse motivo ter até mesmo votado contra a sua aprovação. ” -----

A.3. - LEITURA DE EXPEDIENTE: -----

O **Presidente da Assembleia** informou sobre a correspondência recebida e expedida pela Assembleia desde a última sessão, realizada em novembro, até a presente data, cuja relação foi enviada a todos os membros e está disponível para consulta. -----

Da correspondência recebida, O **Presidente da Assembleia**, destacou a carta remetida pelo Sr. Vereador Luís Gaiolas, através da qual faz uma comunicação no âmbito da Lei n.º 64/93, de 26 de agosto, referindo que exerce funções de Sócio gerente numa empresa, que presta serviços no âmbito da contabilidade e acessoria fiscal.-----

A.4. – INTERVENÇÕES: -----

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para intervenções neste ponto da ordem do dia, tendo-se inscrito os deputados José Brites e Ricardo Jacob. -----

O deputado **José Brites** começou por ler as seguintes questões:-----

"Assunto: Prédio em Ruínas -----

Se tem conhecimento da existência de algum processo relativo a um prédio em ruínas, sito no Beco da Maljulgada, n.º 14, o qual já ruiu parte do telhado, bem como do lado sul já começou a ruir a parede, não tendo por sorte apanhado na sua queda (pedras) até agora algum carro ou pessoa que na ocasião passasse no citado Beco.-----

Caso afirmativo se já foram iniciadas algumas diligências por parte da atual Câmara para resolver a situação. ” -----

"Assunto:- Passagem na vila de Almodôvar-----

Se tem conhecimento que as obras de ampliação da Cercicoa se encontram concluídas.-----

Fui informado verbalmente na Cercicoa que a reparação da passagem ali existente é da competência da Câmara Municipal.-----

Caso afirmativo, se está para breve o início da reparação daquela passagem, entre os edifícios da Cercicoa, e o Lar da Terceira Idade, por esta fazer muita falta, não só aos moradores das imediações, como a qualquer utente ou deficiente da Cercicoa ou do Lar que ali pretenda passar, como anteriormente o faziam, isto por a mesma atualmente se encontrar intransitável. ” -----

"Assunto:- Ecoponto em Almodôvar -----

Se tem conhecimento, que na Rua dos Ferreiros está um ecoponto que não funciona e quando é limpo, deita água suja e com mau cheiro para a Rua nova da Feira afetando não só os moradores vizinhos como as pessoas que passam ali naquela altura.-----

Em caso afirmativo para quando a sua reparação. ” -----

"Assunto: Travessa sem iluminação em Almodôvar -----

Se tem conhecimento que existe uma travessa entre as Ruas de S. Barnabé e 1 de Maio, que não só dá acesso as moradias como aos seus quintais, que não tem qualquer iluminação pública, impedindo os seus moradores de noite ali passarem com medo e por esse motivo já ter sido também objeto de assalto a uma moradia.-----

Para o efeito, pensam os moradores que seria suficiente, para resolver esta situação, ser colocado 1 poste e respetiva lâmpada junto a parede do posto da GNR virado para a travessa. -----

Caso afirmativo, se já foram feitas diligências para tentar ou até resolver o problema daqueles moradores."-----

"Assunto: Placas toponímicas na vila de Almodôvar -----

"Se tem conhecimento, que a Rua da Maljulgada não tem fixada qualquer placa com o seu nome, de acordo com o regulamento de transito.-----

Se tem conhecimento, que a travessa da Maljulgada tem uma placa colocada fora daquela travessa, em desacordo com o já citado regulamento. -----

Caso afirmativo, para quando a aquisição e colocação das citadas placas para aquela Rua, bem como proceder a alteração da que se encontra ali mal colocada". -----

O **Presidente da Câmara** referiu que, sobre o prédio em ruínas no beco da Maljulgada, já se fez uma listagem com todos os prédios, no momento em que indicamos às finanças a sua relação, para efeitos de IMI, para a majoração das taxas. O prédio em questão foi identificado, foram chamados os proprietários, que neste caso estavam identificados, porque se trata de uma queixa não só do Sr. Deputado, mas também de alguns munícipes, e foi-lhes dado um prazo para a resolução da questão. Está ainda a decorrer o prazo que foi definido. Findo este prazo, atuaremos com as competências que temos, no sentido de resolvermos a situação, com a rapidez que for julgada necessária e eficaz neste caso. --

Em relação às obras de ampliação da CERCICOA, estão praticamente terminadas. Houve uma reunião, na passada sexta-feira, com o diretor da CERCICOA. Neste momento, o que está em causa, é um corredor que foi prometido pelo anterior executivo e negociado com a CERCICOA, do qual nós, neste executivo, temos conhecimento, e cuja execução é da competência da Câmara Municipal. Estamos a trabalhar nesse processo, que deverá ser remodelado, de modo a permitir a passagem dos peões, porque existe um pequeno detalhe nesse corredor, em que as escadas, na parte que dá para o antigo campo de futebol, tem pouca cota e ficam à altura da janela, tendo que se estudar e encontrar a melhor solução. --

Relativamente a uma azinhagazinha estreita que está atrás da GNR, essa questão foi identificada ainda antes do executivo tomar posse. Iniciamos diligências, tendo sido pedidos dois pontos de luz. Um dos

ponto de luz indicado por nós não foi possível instalá-lo, porque passava um esgoto na zona onde se pretendia coloca-lo. Quanto ao outro, a EDP está ao corrente, foi feito um pedido por escrito e penso que oportunamente problema será resolvido. -----

Quanto à questão da Travessa da Maljulgada, verificamos a situação e segundo o regulamento, que estamos agora a alterar, está a ser efetuado um estudo para melhoramento da sinalética vertical e do trânsito em Almodôvar, com o apoio das entidades competentes, tais como a GNR ou os taxistas, e quando esse estudo estiver terminado, penso que no início do ano 2014, certamente será resolvida essa situação. Logo que tenhamos essa parte concluída procederemos aos arranjos, melhoramentos e às alterações necessárias. Julgo que, nessa altura, poderemos efetuar essa alteração, acrescentando que, nessa situação, teremos de construir um suporte para colocar lá o nome da rua, tendo em conta a arquitetura daquele bairro, pois parece que todos os nomes de rua estão colocados nuns muretes. -----

Respondidas as questões o deputado José Brites leu ainda as seguintes questões:-----

"Assunto: *Vitrine em Almodôvar*-----

"Se tem conhecimento que, no meio da Rua do Convento, está uma vitrine que não serve para nada, por nunca ter tido conhecimento de ela ter funcionado, assim poderia muito bem, a meu ver, ser mudada para qualquer lugar da praça da república e servir para colocar ali editais da Câmara e outros de interesse público, dando, desse modo, conhecimento as pessoas que ali permanecem ou que por ali passam".-----

"Assunto: *Serviços Públicos Municipais em Almodôvar*-----

Se existe a disposição dos munícipes, nos serviços exteriores do Município, mercado, biblioteca, piscinas e outros, o competente livro de Reclamações.-----

Caso negativo se já foram tomadas medidas para que em tais serviços o mesmo ali possa estar à disposição do público que o queira utilizar".-----

"Assunto: *Rua Estrada de S. Barnabé em Almodôvar*-----

Se tem conhecimento de covas na Rua Estrada de S. Barnabé em Almodôvar duas na rua e uma no passeio na quina do edifício da oficina, nomeadamente lado esquerdo via Almodôvar S. Barnabé, que quando chove, não só a água entra em algumas moradias, como ainda molha todos aqueles que vão passando no passeio.-----

Caso positivo, se já foram ou estão em curso medidas para que sejam sanadas tais situações".-----

Em resposta, o **Presidente da Câmara**, referiu que não respondeu a uma das questões, a do ecoponto, mas iria fazê-lo agora. Em relação ao ecoponto na zona dos ferreiros, de facto verificou-se um problema, esse ecoponto mete muita água e, inclusivamente, há pouco tempo, houve

um pequeno foco de incêndio, por causa de cinzas, que rebentou parte do ecoponto. A obra encontra-se dentro da garantia. Nós atuamos nessa obra, na parte que é da nossa responsabilidade e demos conta da situação à RESIALENTEJO, que é a entidade promotora da colocação desses ecopontos. Esteve cá um dos engenheiros e estivemos a ver a situação. Optou-se por selar o ecoponto, porque de facto havia mau cheiro. Estão a ser estudadas as soluções para aquele ecoponto e possivelmente para outros ecopontos subterrâneos, pois, parece que a lavagem, tal como está a ser feita, não é eficaz e não gera condições de saúde para a população. Portanto, esse ecoponto está selado e estamos à espera que o empreiteiro tome uma decisão final sobre o que fazer. Referiu que representa a Câmara Municipal no conselho de administração RESIALENTEJO e está a pressionar ainda mais diretamente a RESIALENTEJO que, por sua vez, está a pressionar a empresa fornecedora dos ecopontos subterrâneos. Portanto, julga que, num curto espaço de tempo, teremos a situação não totalmente resolvida, mas, pelo menos, será encontrada uma solução para pôr em prática ainda dentro da garantia de todas essas instalações, a não ser que tenhamos de encontrar uma outra solução alternativa para que o ecoponto seja mais funcional. De qualquer modo, penso que a solução, a curto prazo, ligadas a outras aquisições que a Câmara planeia fazer para a melhoria do funcionamento desses ecopontos, em termos de recolha do lixo, poderá solucionar o problema, mas, por enquanto, fica esta informação. Para quem lá vai agora colocar o lixo, tem à sua disposição caixotes do lixo extra, que foram lá colocados para solucionar o problema neste meio tempo. -----

Prosseguindo, e sobre a vitrina, o **Presidente da Câmara** diz que já viu a vitrina, mas, de facto, nunca pensou no assunto. Por isso, não tem uma resposta para o Sr. Deputado, neste momento. Vai estudar a situação e logo que se tenha uma solução, informará sobre a mesma.----

Relativamente aos livros de reclamações, confessou que desconhece os locais onde temos esses livros, ficando a nota de que se tomará posição para que, em 2014, todos os locais os tenham. Reconhece que são necessários, que temos de cumprir a lei e irá averiguar onde não existe e mandar colocar não só o livro de reclamações, mas também um livro de sugestões-----

Quanto às Covas na estrada de São Barnabé, a falta de desnível dessa estrada impede que as águas pluviais escoem naturalmente. Assim, ter-se-á de abrir uma pequena valeta junto ao passeio e colocar um gradeamento em metal para que os carros possam passar e, simultaneamente, para que seja feito um escoamento natural das águas.

Terá também de haver aí uma intervenção a nível das águas pluviais, porque, como sabem, quando chove, as tampas saltam. Portanto, será uma questão a estudar em conjunto, para criar uma solução favorável naquela zona. Reconheço que é uma situação urgente, mas não posso dizer quando será resolvida, porque a resolução desta situação está sujeita a questões orçamentais e a pequenas alterações ao projeto. Possivelmente, esta obra será realizada durante o ano de 2014 e terá de ser feita por administração direta, em conjunto com outras requalificações urbanas naquela zona. -----

O deputado **Ricardo Jacob**, dirigindo-se ao deputado Francisco Teixeira, começou por dizer que lhe tem todo o respeito, mas, neste momento, já não é Presidente da Assembleia. Continuou, referindo que precisamos da sua grande capacidade intelectual, que precisamos de alternativas e que as alternativas não se procuram só quando estamos no poder, mas também, como neste caso, quando estamos na oposição. Também aqui temos que fazer esse trabalho. Eu sei que custa um pouco. Neste caso, os deputados do PSD também estão aqui a tentar procurar alternativas, o Regimento é importante, mas devemos-nos concentrar em questões muito concretas.-----

Prosseguindo, o deputado Ricardo Jacob leu o seguinte documento: --

"Mas antes de fazer a intervenção propriamente dita, é importante referir aqui duas notas introdutórias:-----

1- *O Sr. Presidente da Autarquia numa reunião de câmara (neste Mês de Dezembro) assume **formalmente** que o Vereador do PSD não foi ouvido no âmbito de algumas alterações que ocorreram nalguns serviços: Eu, pessoalmente não consigo perceber como é que o Sr. Presidente não ouve o seu **2º-Vereador do Executivo, numa matéria tão importante**, mas de qualquer das formas reconheço apesar de tudo que foi honesto intelectualmente quando assumiu isto.---*

2- *Eu, enquanto técnico da Autarquia não tenho nada a apontar de negativo ao atual executivo e mesmo que tivesse não seria assunto para discutir aqui em sede de Assembleia Municipal. **Contudo, eu e os meus colegas** enquanto **Deputados do PSD** nesta Assembleia Municipal revelamos alguma discordância quanto à forma como nalguns serviços algumas alterações ocorreram. As mudanças devem ocorrer "mas os fins não justificam todos os meios". -----*

Mais importante do que alterar pontualmente os responsáveis por alguns serviços, será necessário repensar os serviços camarários numa lógica funcional. Devemo-nos preocupar com as respostas aos munícipes: Estas devem tornar-se cada vez mais eficientes e céleres. Na nossa opinião, os serviços municipais devem reger-se obrigatoriamente por um modelo de eficácia, eficiência e qualidade. Devemos ter a

capacidade para gerir os recursos disponíveis, otimizando-os, através da melhoria e racionalização dos processos e redução de custos -----

Com funcionários desmotivados nenhum executivo conseguirá implementar seja o que for. Alterações no âmbito de qualquer reestruturação ao nível dos recursos humanos deverá ser cuidadosamente avaliada e feita numa vertente pedagógica e não numa vertente punitiva salvaguardando a dignidade do Funcionário. -----

*No entanto, há serviços em que será necessário dinamizar ações concretas para motivar os funcionários que auferem remunerações cada vez mais baixas, encarando o seu serviço como uma mera obrigação. O executivo deverá ser sensível perante todos os casos, de forma a não pôr em causa o **bom funcionamento** dos serviços prestados aos munícipes.-----*

A Câmara Municipal de Almodôvar com funcionários motivados conseguirá prestar ainda um melhor serviço público. As forças motrizes da Câmara Municipal de Almodôvar são os seus colaboradores. -----

Desde já remeto algumas questões para o Sr. presidente da Câmara -----

Como é referido no mapa de pessoal "Devemos distribuir as responsabilidades, os projetos e tarefas pelos colaboradores de acordo com as suas competências e motivação, otimizando o potencial individual" -----

1) Se este critério foi tido em conta aquando das alterações no setor do Desporto e do Turismo? -----

*Serviços de **Desporto e Turismo** -----*

1.1- O que pretende implementar concretamente nestes dois serviços?

1.2 -Quais são os objetivos concretos desses serviços a curto e medio prazo? -----

1.3-Para Quando a avaliação do impacto destas alterações? -----

*Julgamos que estas alterações como outras que poderão surgir noutros serviços devem ser alvo de uma discussão seria e aprofundada em sede de Assembleia Municipal e em sede de reunião de câmara, não para se discutir rostos e nomes mas para se discutir a **eficiência dos serviços** camarários! -----*

Acção Social-----

*2-Ao nível de um outro serviço: Acção **Social** (área que nos preocupa imenso por ser uma área muito sensível e por assumir uma extrema importância na vida do Concelho):-----*

2.1) Qual o modelo de ação social que pretende implementar?

Um modelo assistencialista com interferência política, ou um modelo em que há uma delimitação clara entre o que é técnico e o que é político.

Nós PSD defendemos isto, para nós uma coisa é política social outra coisa é Ação social, podem complementar-se mas nunca misturar-se.-----

2.2) Ao nível da execução do programa **Fundo de emergência social, como de outros programas sociais que estão a ser executados pelo serviço de Ação social, serão para manter? Ou irá introduzir algumas alterações? Qual será o circuito de atendimento ao munícipe ao nível dos atendimentos na área social, desde o 1 contato / conhecimento de determinado processo, elaboração do diagnóstico social até á tomada de decisão? e depois ficamos por aqui ? -----**

Quem fará o acompanhamento e avaliação do evoluir das situações após determinada tomada de decisão, quem fara a articulação com os outros serviços da comunidade em matéria de Ação Social?-----

Turismo / cultura:-----

1- Lembro-me logo do Convento da nossa senhora da Conceição, O que pretende deste equipamento? Como o irá dinamizar? Quais serão as suas valências já para 2014?-----

2-Quanto ao Posto de turismo: Onde irá funcionar? Vamos limitar-nos a dar uns folhetos sobre o concelho? Por exemplo, se vier a Almodôvar um grupo de britânicos estaremos em condições de lhes mostrar o que temos de melhor no nosso Concelho? Será que estamos em condições de operacionalizar um conjunto de visitas guiadas? -----

3-Que plataformas utilizará para promover o Concelho de Almodôvar a nível regional, nacional e internacional? -----

4-O Sr. Presidente fez um **despacho n.º37 /PC/ 01 de 09 de Dezembro** e refere que será uma assistente operacional que assegurará a Gestão dos equipamentos religiosos, entre outras coisas, mas não fala em **Manutenção e conservação dos mesmos!** Será que esta situação está salvaguardada? E já agora que equipamentos religiosos são esses? -

4.1-Manterá a avença com a **técnica de restauro** que tem feito um trabalho muito interessante? **Ou** recuaremos 15 anos atrás quando tínhamos um património de **interesse turístico devastado** prevalecendo um **estado de conservação perfeitamente miserável?**

4.2- Continuando a analisar o mesmo despacho, é muito importante referir o seguinte: **não colocamos em causa a competência da Assistente operacional e muito menos a qualidade do desempenho das suas novas funções que vem exercendo desde o dia 09 de dezembro,** -----

4.3-Mas será que **fomentar e dinamizar** o turismo de todo o Concelho **se** pode integrar nas competências inerentes à carreira de um assistente operacional? Não estaremos a levantar um precedente muito grave no que diz respeito as atribuições de funções que devem **estar**

devidamente delimitadas entre o que são funções de um Assistente Operacional e o que são funções de um Técnico Superior?” -----

Continuando o Sr. Deputado voltou a sublinhar todas as questões supra formuladas.-----

Em resposta o **Presidente da Câmara**, começou por dizer que, se de facto há alguma coisa com que sempre se debateu, é a honestidade dos seus comentários. Quando comentou que o Vereador Ricardo Colaço não foi ouvido nas decisões que tomou, fê-lo consciente de que essa competência cabe ao Presidente da Câmara e assumiu essa decisão tomada por si, com o risco a ela inerente, e tendo em conta as competências que lhe são dadas pela Lei 75/ 2013.-----

É natural que os Srs. deputados ou vereadores da oposição não concordem com tudo aquilo que faz, pois se assim não fosse não seriam oposição, mas acima de tudo, o mais importante, é que a oposição faça um trabalho positivo e criativo, no sentido de dinamizar o concelho e ajudar este executivo, ou outro qualquer, que tenha já estado ou volte a estar, que crie projetos dinamizadores e dê aconselhamento e não tire apenas aproveitamento de pequenos detalhes para com eles fazer um dilúvio. -----

Aprecia muito que o senhor deputado tenha trazido à Assembleia, a necessidade de uma explicação, que, referiu, estou inteiramente de acordo em dá-la. Vamos por partes, relativamente a uma questão, o Sr. deputado vai ter que me explicar, de uma maneira muito concisa e muito detalhada, onde está a questão punitiva, porque não percebo.-----

O Sr. Deputado diz que não deverei optar por questões punitivas, mas sim eficiência, pois eu preciso que me explique onde é que está a questão punitiva, porque eu nunca tive essa intenção, não tenho, nem terei no futuro e, quando tiver, espero que alguém me chame à atenção, porque é para isso também que os munícipes servem, para chamar a atenção do Presidente, pois ele não é uma figura intocável. Penso, mais que ninguém, que estou aqui sempre disposto a colaborar com toda a gente, portanto a parte punitiva, eu rejeito completamente, da sua parte, da parte de qualquer vereador, ou de qualquer munícipe que me acuse de punição. Terá que me dizer porquê, uma vez que não houve nem há qualquer intenção de punir. -----

Agora, a questão de que me fala, tal como a minha informação indica, a de dar aos serviços camarários mais eficiência, lembro ao Sr. deputado que é isso que estou a fazer. Estou a tentar encontrar soluções, e desde o início que disse nas reuniões de Câmara, e tal como consta nos documentos oficiais, nomeadamente nas atas, as decisões que são tomadas para colocar as pessoas nos vários setores, ou mudar as tarefas, são sempre feitas no sentido de criar uma maior eficácia, uma

maior fluência nos serviços. Se por acaso, amanhã, para o mês que vem, para o ano que vem, chegarmos à conclusão que, de facto, essa decisão não foi a melhor, estamos cá para a modificar. É para isso que o ser humanos serve, é para irmos vendo aquilo que está bem e adaptarmos às necessidades da Câmara. -----

Relativamente à questão do Turismo e do Convento, nós temos, neste momento, dois meses de executivo, fomos apanhados a meio de uma viagem onde havia projetos e planos para o Convento, para o Cineteatro e nós teremos de adaptar, porque temos uma maneira de ser diferente, uma maneira de pensar diferente, porque achamos que as necessidades do concelho poderão eventualmente ir por outra linha. Isso não quer dizer que vamos desperdiçar ou estragar o trabalho feito pelo anterior executivo, antes pelo contrário, estamos a valorizá-lo a reconhecê-lo, a dar-lhe o mérito necessário, e em situação alguma colocar em desapreço aquilo que foi feito, porque quem cá esteve em doze anos de trabalho mereceu o trabalho e nós todos, munícipes, merecemos que tenha sido feito algum trabalho. Portanto a questão do Convento, é uma obra que está feita, tem alguns problemas, como as outras obras têm, há situações a reparar, a remodelar, enfim, há que verificar as obras, para ver se há erros de construção em que o empreiteiro seja responsável. Agora o que vamos fazer dele neste momento, não temos resposta para isso, mas uma coisa é certa, o Posto de Turismo tem que ir para o Convento, não tem lógica nenhuma um Posto de Turismo estar escondido numa rua onde quase não se vê. Se o Posto de Turismo estiver no Convento, temos a possibilidade de ter lá salas de conferência, bar, sala de internet para que os nossos jovens possam explorar melhor esta ferramenta, pode ser visto de longe, porque a rua do convento permite essa visibilidade. Podemos realizar conferências, exposições, podemos tirar o maior proveito possível daquelas salas, porque, como sabe, o investimento foi muito grande e, como tal, temos de tirar o máximo de proveito. Não lhe vou dizer aqui, neste momento, o que vai ficar no convento, porque hoje poderá ser uma coisa e amanhã, se calhar, poderemos optar por outra utilidade diferente. É assim que temos de fazer, porque as decisões não podem ser tomadas e tidas como definitivas, temos de ir encontrando soluções para melhorar sempre essa situação. -----

Quanto à questão dos Britânicos, se vierem cá, nós não temos, infelizmente que a culpa não é só do executivo da Câmara, mas também do próprio Governo, a capacidade de dar emprego às pessoas que nós precisamos. Não temos pessoas, concretamente na parte da museologia, capazes de dar resposta a qualquer turista que chegue, mas podemos, ao logo destes próximos 4 anos, mostrar que merecemos os turistas,

podemos ir criando condições, podemos ir formando pessoas a nível da língua inglesa, podemos ir descobrindo ou redescobrimo aqueles colaboradores que temos e que falam melhor inglês, por exemplo, colocá-los mais nessas posições. É uma questão de irmos trabalhando com as ferramentas que temos, portanto em mutação constante à procura da perfeição ou de maior eficácia. -----
Relativamente ao despacho que foi feito, no sentido de reorganizar os serviços, penso que os vereadores que estão comigo, uns concordam outros não, mas eu não sou apologista em concentrar tudo numa só pessoa e, de facto, já provei isso, ou seja, se nós deixarmos todas as responsabilidades numa pessoa, quando essa pessoa não está, ninguém sabe o que fazer. Deste modo, optamos, eu falo em nome do executivo PS, por redividir essas tarefas. Em relação ao despacho 37, o que fizemos foi dividir as tarefas na área do Turismo. À Técnica Superior não lhe foi tirada nenhuma das suas funções, ela continua com as funções de Turismo, continua com as funções de chefia de um setor, as responsabilidades que tinha continua a ter. No entanto, a parte das visitas internas, a parte da museologia, do abrir as portas, do coordenar as pessoas que entram e que estão nos museus, foi-lhe retirado, porque nós temos planos para que essa Técnica Superior tenha um trabalho mais ao nível dela, porque ela, como Técnica Superior de Turismo, tem que dar mais respostas ao município. Uma Técnica Superior de Turismo não pode simplesmente saber se tem uma funcionária ou duas no museu, ou se as peças estão limpas ou não, tem de promover Almodôvar, tem que trazer para Almodôvar Turismo e tem de colocar Almodôvar nos jornais do mundo, em termos de Turismo. Se nós começarmos a ter uma capacidade turística muito boa, se começarmos a ter um património cultural e turístico relevante, temos que ter alguém que tenha tempo para colocar esse património lá fora. Não é uma Técnica Superior que tem de estar preocupada se o museu tem alguém para abrir a porta a horas certas, ou se tem eletricidade, ou se tem alarme. Para se fazer esse trabalho, tem de haver uma divisão de tarefas muito clara. Se reparar, existem muitas tarefas que competem a essa técnica superior. Dessas tarefas, algumas foram divididas por alguém que estava numa sala, sem nada para fazer e da qual se poderia tirar proveito, porque é uma pessoa, devido aos anos que tem dentro deste município, conhecedora da realidade. Se houver outra pessoa com quem nós possamos partilhar mais funções e aliviar a Técnica Superior para que esta possa, de alguma maneira, promover Almodôvar, essa pessoa vai ter de o fazer, porque é o trabalho dela e não quando tiver tempo para o fazer. Se tivesse mais pessoas, mais pessoas disponibilizaríamos para resolver as situações, é uma questão de dar responsabilidade a

quem está nos lugares. Garanto-lhe, senhor deputado, que vai haver mais mudanças e, com isto, não quer dizer que vou punir alguém, pois eu não tenho que punir ninguém. Deixe-me dizer-lhe o seguinte: à medida que os dias vão decorrendo nesta Câmara Municipal e como responsável dela, irei adaptar, sempre que seja necessário, os serviços e as pessoas, sem que para isso tenha medo de ser acusado de punir, porque eu não puno ninguém. O que eu faço, é colocar as pessoas no seu devido lugar, quando eu acho que o posso fazer. Mas, enquanto eu não tiver a certeza que um elemento é capaz de exercer uma função, não posso dar-lhe essa função, mas, há medida que o tempo for passando, assim o farei, pois é para isso que as pessoas confiaram no António Bota e no grupo que está, neste momento, no executivo da Câmara, para colocar a Câmara e Almodôvar numa posição de prestígio e é isso que eu tentarei sempre fazer. -----

Relativamente à questão da Manutenção e Restruturação, penso que se referia à Dr.^a Joana. Acho que ela está a fazer um trabalho excelente e enquanto o trabalho dela merecer o nosso voto de confiança será para manter, seja ela ou outra pessoa qualquer. Agora, o Sr. deputado tem de compreender que nós tivemos uma redução, para o próximo ano, de cerca de 214 mil euros no orçamento, e será certamente mais difícil, para nós, manter o número de pessoas que nós gostaríamos de ter, porque há reduções orçamentais. Agora, todas as pessoas que eu conseguir manter nesta autarquia para assegurar o trabalho que é necessário e dignifique a autarquia, pois elas serão mantidas, sejam elas de prestação de serviços comuns, sejam Técnicas Superiores, ou sejam outras pessoas quaisquer que tragam uma mais-valia que permita à autarquia superar a crise que aí vem. -----

O executivo delegou funções na área da Cultura no vereador Luís Gaiolas. Naturalmente que num executivo não temos que saber tudo, até porque estamos sempre a aprender e, este vereador, é responsável por assegurar que a parte da Cultura seja bem-sucedida e todos os eventos Culturais ou outros, sejam feitos com dignidade e com prestígio para o município. Naturalmente, ele irá precisar de recursos e, nesta área, vai recorrer à Técnica Superior que se refere, que julgo que seja a nossa Técnica Superior Andreia, à nossa Assistente Operacional e todas as pessoas que trabalhem na área da museologia, da cultura, do dinamismo empresarial. Qualquer pessoa, seja ela quem for, será certamente necessária, mas, naturalmente, a nossa parte é coordenar, ajustar e, há medida que o tempo for passando, tentar resolver alguns aspetos menos bons que existam e melhorá-los eficazmente no mais curto de tempo possível. -----

O deputado **Ricardo Jacob** agradeceu os esclarecimentos e referiu que é importante frisar que não está a falar de nomes concretos, está a falar de serviços, e tudo tem de ser pensado numa perspetiva integrada, como disse anteriormente, numa perspetiva funcional. ----- Quando digo punição, não estou a referir que o Presidente está a fazer as coisas numa perspetiva de punição, mas veja o seguinte, vamo-nos colocar na pele das pessoas em causa. Suponha que é técnico superior, está na autarquia, e o Presidente da Câmara, um mês depois de exercer funções, a primeira alteração que faz, independentemente de ter ou não feito o diagnóstico, é alterar as funções. Eu pergunto-lhe qual é a primeira coisa que o cidadão comum pensa? É só nessa perspetiva, não numa perspetiva de pôr em causa a legitimidade, neste caso do seu despacho, não é isso que está em causa, é acima de tudo a perspetiva prática da coisa. Nós somos funcionários, estamos aqui para zelar pelo mesmo, para podermos todos embarcar no mesmo barco. Eu disse punição, porque me estou a por na pele desses técnicos, pode acontecer comigo e depois, certamente, não aqui na assembleia, mas com o Sr. Presidente da Câmara, posso colocar-lhe a mesma questão, porque, de facto, nós queremos o melhor para a autarquia e é nesse sentido que eu falo em punição. -----

O deputado **Francisco Teixeira** começou por dizer que não sabe a que é que o Sr. deputado Ricardo Jacob se referia quando falou em alternativa, pois não propôs alternativa nenhuma ao Presidente da Mesa. Limitou-se a fazer uma sugestão positiva, como eventualmente fará crítica, seja ao Sr. Presidente da Assembleia ou ao Sr. Presidente da Câmara, isso é o mais natural nesta assembleia. O importante é darmos contributos positivos, não negativos, para o funcionamento da Assembleia, para corrigir as coisas. O que fiz, foi justamente isso, anotar que era importante que um determinado elemento constasse da história desta assembleia, não alternativas nenhuma.----- Fiz duas sugestões ao Sr. Presidente da Assembleia, porque penso que são importantes. Ele pode não aceitá-las, está na sua legitimidade, mas é esse o papel deste fórum. Tem a ver com uma tradição de vários mandatos, não só os meus, mas também dos anteriores que é, com a maior antecedência possível, pelo menos no início de cada mês em que decorre a Assembleia, que todos os membros fossem informados do dia provável em que se vai realizar essa assembleia. São cinco Assembleias por ano, e nós não podemos ficar até aos 10 dias obrigatórios da convocatória à espera de saber em que dia é que vai acontecer. A minha prática era consultar os membros dirigentes das bancadas aqui presentes, para ver a data que nós deveríamos marcar a próxima assembleia, naturalmente, falando com o Sr. Presidente da Câmara.

Estas questões também não são unilaterais, era esse pedido que lhe fazia. Gostava de pedir também, e no seguimento de uma tradição positiva destes últimos mandatos, já institucionalizado no funcionamento, que é o envio por correio eletrónico para todos os membros, ou para aqueles que o pretendam, da documentação para a Assembleia Municipal. Deixo estas duas sugestões para o bom funcionamento da assembleia, sem, com isso, estar a fazer nenhuma alternativa. -----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que a mesa ouviu atentamente a sua observação, mas não vamos entrar em diálogo, que não seria frutífero para o bom funcionamento desta assembleia. Quanto à primeira sugestão que fez, a mesa não pode deixar de estranhar que o Sr. deputado não tenha levado em consideração que acabamos de assumir o nosso mandato, tendo havido apenas uma assembleia extraordinária e esta assembleia ordinária. Não estamos aqui para inventar nada de novo e, como é óbvio, socorremo-nos de todo o historial que tem sido feito ao longo destes tempos. Fomos consultar todas as assembleias e não me parece que no primeiro mandato em que o Sr. deputado foi presidente se tenha passado assim como acabou agora de referir. Fazemos receção de todas as suas preocupações e estamos aqui para melhorar sempre o que for preciso melhorar, no interesse do funcionamento desta assembleia e no interesse de servir melhor os munícipes, uma vez que foi para isso que fomos eleitos e foi para isso que nos debatemos durante toda a nossa vida até aos dias de hoje. Em relação ao problema das atas e de não ter recebido em tempo, nós pensamos que mandamos isso com uma antecedência de 10 dias, os serviços de apoio da assembleia estão a procurar encontrar os correios eletrónicos de todos os deputados para enviar toda a documentação por essa via, atempadamente e com regularidade. Agradeço a sua preocupação, assim iremos fazer, e as sugestões são sempre bem-vindas, desde que sejam construtivas, como bem-vindo será tudo o que aqui for dito de boa-fé, para que, assim, a nossa presença, nesta Assembleia, não seja apenas para nos ouvirmos uns aos outros, mas porque temos objetivos.-----

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

B.1. - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DA MESA PARA ELABORAÇÃO DO NOVO REGIMENTO:-----

O **Presidente da Assembleia** começou por explicar que se trata de uma proposta oral que a mesa faz, no sentido da Assembleia ser dotada de um novo regimento. -----

Considerando que saiu recentemente legislação que leva a que haja algumas alterações ao regimento, que já no mandato anterior houve preocupação de fazer um novo regimento e por determinadas razões não foi possível fazê-lo, a Mesa compromete-se, se essa for a vontade da assembleia, fazer um novo regimento e, como é óbvio, levá-lo ao conhecimento dos senhores deputados para o analisarem e apresentarem as suas sugestões.-----

Pedi a palavra o deputado **Francisco Teixeira**, que disse não se opor a esse método, no entanto, é sua opinião, que talvez fosse conveniente, que fosse solicitado aos grupos que aqui estão presentes, que apresentassem as suas propostas de alteração ao regimento, que pensam que são de incluir nesse futuro regimento ou, eventualmente até, criar um grupo de trabalho que fizesse a sua análise e a sua discussão consensual. À assembleia deveria vir a proposta que fosse já devidamente concertada. O regimento que está em vigor foi feito nessa perspectiva. Foi feito com propostas dos grupos municipais e, chegado a consenso, é que veio à assembleia. Foi um regulamento que já vinha completamente tratado e trabalhado e consensualizado.-----

O **Presidente da Assembleia** explicou que a ideia que presidiu a esta proposta é, precisamente, porque no mandato anterior, durante quatro anos, quiseram fazer um novo regulamento e não o conseguiram fazer com essa metodologia. Não impedimos ninguém de participar e até apresentar o seu próprio projeto. Para maior celeridade, entendeu a mesa levar a efeito e avançar com esta proposta. Esta proposta não vai impedir ninguém de participar e não tem nada de antidemocrático, pois toda a gente depois mexe, corta, rasga. A assembleia é sempre soberana em relação ao regimento que vier a ser facultado para discussão. -----

O deputado **Francisco Teixeira** pede esclarecimento sobre se a proposta é para trazer a esta assembleia um regimento elaborado pela mesa, para ser votado nessa própria assembleia -----

O **Presidente da Assembleia** explicou que a proposta de regimento será previamente distribuída e, depois, dos senhores deputados o analisarem, é que será votada na assembleia. -----

O deputado **Francisco Teixeira** disse que o mais prático, seria que a mesa elaborasse uma proposta de regimento e a enviasse aos grupos parlamentares antes de vir aqui à assembleia. Quando viesse aqui à assembleia, vinha já devidamente consensualizado. O que fosse possível consensualizar, era feito através de uma reunião prévia, fora da assembleia. Numa reunião destas discutia-se apenas aquilo que é

realmente divergente, porque a maior parte do regimento serão coisas convergentes.-----

O **Presidente da Assembleia**, referiu que lhe faz alguma confusão, que, com a experiência que o Sr. deputado municipal tem destas coisas, pense que trariam aqui o regimento para que fosse logo discutido. A metodologia tem que ser esta: o regimento é elaborado, depois é mandado aos respetivos grupos que se debruçaram sobre ele, depois é redigido tendo em conta todas as sugestões e, só no fim deste processo é que vem à Assembleia para ser votado. -----

Não havendo mais pedidos de intervenção o **Presidente da Assembleia** colocou à votação, a proposta da mesa para elaboração do **novo Regimento**, a qual **foi aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA e PSD). -----

B.2. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA RETIFICAÇÃO À PROPOSTA N.º 8/PC/2013, RELATIVA À DERRAMA:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o assunto e solicitou ao Presidente da Câmara que clarificasse esta situação -----

O **Presidente da Câmara** esclareceu que não se trata de uma alteração de peso, mas apenas se trata de uma correção de artigos, pois houve uma pequena falha processual.-----

Explicou que, em reunião de Câmara e em Assembleia Municipal, foi aprovado lançar uma taxa de 0% sobre o lucro tributável sobre o rendimento de pessoas coletivas (IRC) dos sujeitos passivos que apresentem um volume de negócios inferior a €150.000,00, mas ao dar conhecimento desta medida às finanças, verificou-se que não foi colocado o artigo correto, ou seja, foi colocado o artigo 14 n.º 4, quando a isenção aprovada deveria referir o artigo 12.º, n.º 2.-----

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia**, colocou à votação a Retificação à Proposta n.º 8/PC/2013, relativa à Derrama, a qual **foi aprovado, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA e PSD). -----

B.3. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA N.º 20/PRESIDENTE/2013 SOBRE A AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA, NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o assunto e solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que clarificasse esta situação -----

O **Presidente da Câmara** referiu a proposta, em apreço, que se transcreve: -----

**“PROPOSTA Nº 20/PRESIDENTE/2013 -----
AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA NO ÂMBITO DA LEI DOS
COMPROMISSOS (LCPA) -----**

Considerando, por um lado, o disposto no art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, que determina que a abertura de procedimento relativo a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, designadamente, com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, não pode ser efetivada **sem prévia autorização da Assembleia Municipal**, salvo quando:-----

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de **€99.759,58**, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos. -----

Considerando, por outro lado, o disposto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público-privadas, está sujeita, no que respeita as entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.-----

Considerando, que o Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, diploma que regulamenta a citada Lei dos compromissos, conforme disposto no art.º 12.º, estabelece que a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento.-----

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2014, se impõe que a Câmara Municipal solicite a referida autorização prévia a Assembleia Municipal, nos mesmos termos do disposto no art.º 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 8 de Junho, conjugado com o disposto no Decreto-Lei nº 127/2012, de 21 de junho, dado que parte do citado normativo foi derogado pela lei dos compromissos (art.º 13º da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação).-----

PROPÔE-SE, por motivos de simplificação e celeridade processual, e procurando replicar uma solução idêntica à preconizada para as entidades do Sector Público Administrativo, **que a Assembleia Municipal delibere**, relativamente à Camara Municipal:-----

1. Para os efeitos previstos na alínea c) do nº1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, na sua atual redação, **emitir autorização**

prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, nos casos seguintes:-----

a) Resultem de projetos, ou ações de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano e Orçamento;-----

b) Os seus encargos não excedem o limite de **€99.759,58** em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.-----

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia que ora se propõe, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, e uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.-----

3. A Câmara Municipal poderá delegar no Presidente da Câmara Municipal a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesas de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.-----

4. O regime de autorização ora proposto deverá aplicar-se à Câmara Municipal relativamente a todas as assunções de compromissos, desde que respeitadas as condições constantes dos n.º 1 e 2, já assumidas, a assumir ou que venham a produzir efeitos a partir de **2 de janeiro de 2014**.-----

5. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma informação, na qual conste os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe."-----

Não havendo pedidos de intervenção o **Presidente da Assembleia** colocou à votação, a Proposta n.º 20/PRESIDENTE/2013 sobre a autorização prévia genérica, no âmbito da lei dos compromissos, a qual **foi aprovado, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA e PSD). -----

B.4. - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO REGULAMENTO DE CONTROLO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL: -----

O **Presidente da Assembleia** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse uma súmula da matéria -----

O **Presidente da Câmara** começou por dizer que o principal objetivo do POCAL, é a criação de condições para a integração consistente da contabilidade orçamental, patrimonial e de custos, numa contabilidade pública moderna, que constitua um instrumento fundamental de apoio à gestão das autarquias locais. Por forma a permitir o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, é necessário o

estabelecimento de regras e procedimentos específicos para a execução orçamental e modificação dos documentos previsionais, tendo em vista a execução orçamental, a qual deverá seguir os princípios da mais racional utilização das dotações e da melhor gestão de tesouraria, uma melhor uniformização de critérios de previsão, a obtenção expedita dos elementos indispensáveis ao cálculo dos agregados relevantes da contabilidade nacional e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial de cada autarquia local. O prosseguimento dos desideratos enunciados no ponto anterior passa, necessariamente, pela implementação do Sistema de Controlo Interno, em execução do qual se estabelecem os normativos, os métodos e os procedimentos de Controlo Interno. O Sistema de Controlo Interno, que constitui uma das grandes inovações do POCAL, deverá englobar o plano de organização, políticas, métodos e procedimentos de controlo, bem como todos os demais métodos e procedimentos suscetíveis de contribuir para assegurar o desenvolvimento das atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável. Com o Regulamento de Controlo Interno pretendeu-se adaptar as respetivas normas às especificidades da Câmara Municipal de Almodôvar, procedendo-se nomeadamente à análise e regulamentação dos circuitos dos diferentes documentos oficiais, e respetivos processos, e às regras de funcionamento que os serviços devem seguir na cobrança de receita e realização de despesa nas grandes áreas contabilísticas e patrimoniais, em conformidade com o disposto na Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em atraso. -----

Não havendo pedidos de intervenção o **Presidente da Assembleia** colocou à votação, o Regulamento de Controlo Interno da Câmara Municipal, o qual **foi aprovado, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS, IPA e PSD). -----

B.5. - APRECIACÃO E DELIBERAÇÃO DOS PROTOCOLOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA: -----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o assunto e solicitou ao Presidente da Câmara que esclarecesse esta situação -----

O **Presidente da Câmara**, referiu que foram elaborados os protocolos com as Juntas de Freguesia e que a Câmara tem 180 dias para fazer os acordos de execução, à luz da Lei n.º75/2013. Houve inúmeras alterações nas competências dadas à Câmara, ao Presidente, às Juntas de Freguesia, à Assembleia de Freguesia, mas havia esta necessidade de assegurar que as Juntas de Freguesia pudessem funcionar o mais independentemente possível, sem necessidade de vir à Câmara todos os dias pedir coisas. Estes

protocolos incluem aquilo que estava a ser executado pelo anterior executivo e que é normal que as Juntas de Freguesia façam. Houve algumas alterações, nomeadamente naquilo que respeita às novas responsabilidades das Juntas. É procedimento comum estes protocolos serem aprovados no final do ano para o ano seguinte, portanto não traz nada de novo. Daqui a pouco, falaremos na parte financeira, a imputação de verbas para que as Juntas de Freguesia, para que possam executar as suas tarefas. Houve, de facto, algum acréscimo ou alteração de verbas que, a seu tempo, quando for a discussão do orçamento poderemos mencionar. -----

O deputado **Francisco Teixeira**, referiu que a primeira observação, é que se deveria discutir primeiro o orçamento e aprová-lo e, depois, discutir os protocolos das Juntas de Freguesia e os Acordos de Execução, parecendo-lhe que, assim, está ao contrário, uma vez que podia dar-se eventualmente o caso, dos protocolos serem aprovados e o orçamento, numa situação que é bem possível aqui no caso desta assembleia, não ser aprovado. Portanto, os protocolos fazem parte do orçamento, não são instrumentos autónomos que possam por si só, digamos, ser postos em prática. O que lhe parece aqui mais importante, é que se fala em acordo de execução e se fala em protocolos tradicionais, mas, o que lhe parece, é que estes acordos de execução, tal como estão no orçamento, significa que vão aprovar a distribuição de um conjunto de verbas sem saber qual é o seu conteúdo, quais são as competências que vão ser transferidas, quais são os recursos humanos que vão ser afetos, quais são os financiamentos específicos para essas competências que vão ser atribuídas e, portanto, não lhe parece cordial, nem muito legítimo, que se possa aprovar uma coisa cujo conteúdo, segundo disse o Sr. Presidente, tem 180 dias para fazer o novo enquadramento jurídico das autarquias locais. Os acordos de execução são complexos, não sei se a lei não terá que ser regulamentada devido à complexidade. Vejamos o que se passa hoje com a Câmara Municipal de Lisboa, que tem a haver justamente com isso, os recursos humanos podem ir com as competências e inclusivamente os vínculos dos trabalhadores podem ser postos em causa, a ponto de passarem a ficar vinculados às Juntas de Freguesia. Há todo um conjunto de questões profundas que a lei não refere, mas fala apenas nos acordos de competências. Parece-lhe que deveria ter havido aqui talvez alguma reserva, em vez de avançar desta maneira, tanto mais que, as verbas que aqui estão atribuídas, são verbas particularmente equivalentes às que estavam nos antigos protocolos das Juntas. Portanto, talvez não se tivesse perdido nada em manter os protocolos, tal como estavam, com as suas competências distribuídas até à questão dos acordos de execução estarem redefinidos e, nessa altura, aqui, a Assembleia Municipal, estaria disposta a trabalhar para participar e aprovar os Acordos de Execução. Eu não sei se os Senhores Presidentes de Junta,

que aqui estão, se sentem confortados com esta situação. Aparentemente são os antigos protocolos com as Juntas, mas, se comparados com as verbas dos anos anteriores, parece que são coisa que não tem grande significado. Serão até, se calhar, umas pequenas benesses adicionais que se dão às Juntas e com as quais elas ficam em condições de começar a trabalhar, recebendo aquelas verbas de 4 mil euros cada uma, à exceção de Almodôvar e Graça dos Padrões e Santa Clara e Gomes Aires, que receberão 8 mil euros, que dividido em 12 duodécimos dá uma verba, que não sabe muito bem que alcance é que terão verbas de 300 euros nas Juntas, para aquelas competências que ali estão distribuídas. Parece-lhe que há aqui, realmente, uma matéria que não terá sido, talvez, suficientemente aprofundada pelo executivo e, ele, realmente, não acha isto muito correto, até do ponto de vista de votar, pois sente um desconforto em ir votar uma coisa cujo conteúdo não está aqui presente. Portanto, gostava de ouvir do Sr. Presidente mais alguma coisa sobre esta matéria, mas, como está incluída no orçamento e este vai ser posto à votação, provavelmente vai ser aprovado e entra em vigor, mas, refere que ficam aqui as suas reservas relativamente a esta matéria. -----

O **Presidente da Assembleia**, pediu ao deputado Francisco Teixeira se podia ser mais objetivo, uma vez que não percebeu concretamente a questão colocada.-----

O deputado **Francisco Teixeira**, referiu que a questão concreta é a ausência de conteúdo nos acordos de execução, pois vamos votar uma coisa cujo conteúdo desconhecemos. Devido à complexidade que o assunto tem, em sua opinião, este assunto poderia ser remetido para uma fase posterior, quando houvesse elementos que sustentassem a sua propositura aqui na Assembleia e, entretanto, vigorariam os protocolos tradicionais, porque o acordo de execução só é obrigatório entrar em funções num prazo de 180 dias. -----

Em resposta, o **Presidente da Câmara**, começou por dizer que, sem ofensa, o Sr. deputado está a fazer demagogia política, até porque nós o que fizemos muito simplesmente foi isto: pegamos nos protocolos existentes do ano 2012 e 2013, juntamos-lhes as novas competências que os Presidentes de Junta têm e demos-lhes a mesma verba, salientando, no entanto, que a Câmara de Almodôvar teve uma diminuição de verba de 214 mil euros. Continuamos a assegurar a cada uma das Juntas de Freguesia a mesma verba, o mesmo protocolo que existia, adicionando mais competências, aquelas que a lei 75/2013 diz que competem às Junta de Freguesia. Poderíamos ter feito a utilização do protocolo anterior e ter os Presidentes de Junta todas as semanas a telefonarem e a fazer pedidos. Ora, a nossa opção foi dar autonomia financeira às Juntas de Freguesia,

para que elas pudessem começar a trabalhar, a partir do dia 1 de janeiro, com o seu próprio orçamento. Não tiramos nada, antes, pelo contrário, quando a Câmara teve a redução na sua receita em termos de FEF, continuamos a dar às Juntas o mesmo valor e adicionamos 4 mil euros. Quatro mil euros, precisamente, porque houve novas competências imputadas às Juntas de Freguesia, às quais nós somos alheios, porque nós não fizemos a lei, não somos legisladores, mas temos que a cumprir a lei, ela é imperativa. Naturalmente, os acordos de execução que serão feitos, e temos 180 dias para os preparar e colocar em vigor, aí poderemos então fazer alguns ajustes que sejam necessários. Agora, não me parece a mim justo e lógico, que os Presidentes de Junta de Freguesia, aqueles que estão mais juntos da população, fiquem dependente da Câmara, a partir do dia 1 de janeiro, só porque a lei é omissa em certo ponto. Se é omissa para Almodôvar, será certamente omissa para todas as Câmaras do país e, seria uma grande catástrofe, penso eu, que nenhum orçamento ou protocolo fosse colocado à votação, só porque há coisas ainda que não estão bem definidas. Naturalmente, tem que haver ajustes, haverá alterações à lei, mas eu não posso estar a basear-me na Lei 169/99, quando a lei com que eu tenho de trabalhar é lei 75/2013. É da função dos senhores Presidentes de Junta lerem essa lei, estudá-la e saberem quais as funções que cada um tem e as competências que lhe são agora atribuídas, à luz desta nova lei, tal como é função da Câmara Municipal, dar às Juntas de Freguesia os elementos financeiros necessários, apetrechá-las do que é necessário para que elas possam executar o seu trabalho sem estar dependentes da Câmara para cada coisa que vão fazer. -----

O que o Sr. deputado me está no fundo a dizer, e eu concordo consigo, em relação ao orçamento ser aprovado antes dos protocolos tem toda a lógica, mas a questão de não colocar um protocolo para aprovação neste momento significaria que eu estava a inibir a Junta de Freguesia de ter a sua própria autonomia financeira. Penso que, como Presidente esta Autarquia, tenho que colocar ao dispor das Juntas de Freguesia, os meios materiais e financeiros que nos compete a nós, para que eles façam a gestão desses meios, que foi para isso que foram eleitos, pois foram eleitos pela população, de maneira que terão que ter essa responsabilidade. Não terá que ser a Câmara a dizer-lhes que agora levam mil e amanhã levam quinhentos. Nós damos este dinheiro, que é igual ao do ano passado, com mais 4 mil euros para fazer face às novas responsabilidades que as Juntas de Freguesia têm. É este o nosso ponto de vista, penso que não estamos errados. Como sabe, podemos sempre majorar as verbas das Juntas Freguesia e, praticamente em todos os aspetos do orçamento, quando há necessidade de se fazerem transferências de rúbricas, por exemplo, é

natural que se faça uma adaptação constante às necessidades que vão surgindo. -----

O deputado **Francisco Teixeira**, disse que não foi demagógico, que esta é uma palavra demasiado forte para a intervenção que fez. A sua intervenção, foi uma intervenção que procurou ser de colaboração e para evidenciar que há aqui um elemento que está em falta, que é o conteúdo dos acordos de execução. O conteúdo dos protocolos das Juntas de Freguesia, está com as tais verbas mínimas que não dão para fazer o exercício das competências que lá estão descritas mas, não estão os Acordos de Execução, nem o seu conteúdo, essa é a questão que aqui se levantou. Questionou se é justo aprovarmos uma coisa cujo conteúdo desconhecemos, ainda que saibamos, à partida, que substitui os antigos protocolos das Juntas, porque a verba que está afetada aos acordos de execução são os montantes dos antigos protocolos das Juntas, mas cujo conteúdo não sabemos qual é. A nova lei que foi aprovada, refere um leque vasto de competências que devem ser acompanhadas de recursos humanos e de recursos materiais. Como é que é feita essa afetação e distribuição? Mais tarde, provavelmente quando o Sr. Presidente trouxer esses acordos de execução aqui, nós ficaremos a saber como é feita caso a caso, competência a competência, provavelmente até de uma forma não totalmente genérica, e isso é que é o correto para que nós decidamos em consciência. Foi isso que quis referir, muito independentemente de concordarmos ou não com as verbas que ali estão atribuídas, se são altas ou baixas não interessa, mas não estão o conteúdo dos acordos de execução, embora estejam as verbas.-----

O deputado **Sr. Ricardo Jacob**, começou por referir que a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, vem estabelecer uma delegação automática de competências das Câmaras Municipais e das Juntas de Freguesia em matérias de gestão de espaços verdes, limpezas de ruas, espaços públicos, etc. Estas, serão as principais competências e haverá outras. O membro Francisco Teixeira também, acho, que reforçou isto. A verba já está consignada no orçamento, já está adaptada para esses acordos de execução. Quando estive a analisar o orçamento, pareceu-me claramente que está essa verba. Portanto no orçamento de 2014 verificamos que há cerca de 189.960 euros ao nível dos acordos de execução. A questão que se coloca aqui, é saber até que ponto as Freguesias, principalmente as Freguesias rurais, apesar de terem essa verba cativa, se têm capacidade de resposta perante os novos desafios que esta lei lhe coloca, essa é a questão primordial. De qualquer das formas, penso que o Sr. Presidente lhe respondeu na íntegra, porque, de facto, possivelmente isto terá de ser novamente readaptado às novas

exigências. De qualquer das formas, o membro Francisco Teixeira falou aqui do passado, e no passado 2013 e nos anos anteriores, existia uma verba destinada aos protocolos que estamos aqui hoje a avaliar, e havia uma verba que tinha uma rubrica, que eu caracterizo por um vazio total, que era "Transferências para as Juntas". Essa transferência, em 2013, foi de cerca de 100 mil euros, que aumentou no decorrer do ano e, curiosamente, era uma verba em que a transferência não era homogenia. Quando estive a ver, curiosamente no ano 2013, verifiquei que o critério da população e da extensão do território, neste caso da Freguesia de Almodôvar, não foi tido em conta, sendo a Freguesia de Almodôvar claramente prejudicada nesta matéria. Portanto, qual é o que nós preferimos: o anterior, ou o que vai entrar em vigor? De facto, temos que adaptar o que vai entrar em vigor, pois o que estava não nos interessa, porque, de facto, para prejudicar os fregueses da maior Freguesia do Concelho, não muito obrigado. É claro que não me interessa ter um bolo maior, se é que é maior, porque tenho dúvidas, se depois acabo, desculpem-me a expressão, por comer menos, porque quem partia o bolo, e isso vou ser muito concreto, delegava e distribuía as fatias do bolo consoante os seus interesses políticos, que era isso que acontecia no ano de 2013. Era importante que o movimento agora designado IPA, nos indicasse aqui o que é que ocorreu, porque em 2013 verifiquei, com estranheza, que não há qualquer transferência para a maior Freguesia do Concelho de Almodôvar. Voltando a reforçar, revela-se que há aqui uma preocupação por freguesia, essencialmente rurais. Está aqui o nosso Presidente da Junta de Freguesia de São Barnabé, por exemplo, como é que vamos efetivar depois essa questão? Os valores que poderão lá estar terão que ser redimensionados, com certeza que sim, mas essencialmente ao nível dos recursos humanos, que tipo de recursos humanos vamos alocar às Juntas? Esta é a minha preocupação e a preocupação aqui do grupo parlamentar do PSD. -----

No uso da palavra, o **Presidente da Câmara**, começou por dizer, que não tem muito a acrescentar àquilo que foi dito. No entanto, deve corrigir o Sr. Deputado, que no orçamento deste ano não estão 189 mil euros para as Juntas de Freguesia, mas 221 mil euros. Os 189 mil euros estavam no orçamento passado, que tiveram a preocupação de aumentar. Relativamente às Juntas de Freguesia mais rurais, não sei se têm conhecimento que a Câmara Municipal tem, pelo menos em algumas delas, um funcionário alocado, para dar um certo apoio. Não é nada de novo, já existia e continuará a existir, e nós temos 180 dias para os acordos de execução serem implementados e colocados no terreno. Naturalmente que serão necessários ajustes, não quero com isto dizer que a Câmara Municipal vai fazer o trabalho das Juntas, mas sim apoiar,

é esse o nosso dever. Se a Junta de Freguesia pedir, por exemplo, um funcionário para varrer as ruas e se a Câmara puder dispensar, nem que seja temporariamente, se isso vai servir a população, é natural que a Câmara o faça. Que novos ajustes traz a Lei n.º75/2013? Se olharmos com atenção, uma das competências são os parques infantis. No caso da Freguesia de S. Barnabé nem é preocupação, pois não é preciso funcionário nenhum para o parque infantil, porque o funcionário que a Câmara Municipal lá têm, poderá perfeitamente chegar a S. Barnabé e dar um ajuste ao parque que lá existe, até porque, infelizmente, não há muitas crianças para tirar benefício dele, mas se existe tem de estar em boas condições. No parque infantil, por exemplo, do Rosário e de Almodôvar, apesar de pertencer às escolas primárias e estar ao abrigo das competências da Junta de Freguesia, e como é natural, se a Câmara tiver uma equipa de funcionários que sabe e está certificada para o efeito, pode dispensar a Junta de Freguesia desses serviços pontuais, por exemplo, fazer pequenas remodelações, apertar um parafuso etc. Portanto, isso é uma questão que vai fazer parte dos acordos de execução e que, pontualmente, penso eu, tenha sido política do anterior executivo e continuará a ser deste. Qualquer situação em que a Junta de Freguesia precise da Câmara, se essa necessidade for para servir a população, seja essa competência da Câmara ou não, o importante é servir os munícipes. Se a Junta não tem capacidade de resolver todas as situações com que se depara, terá, pontualmente, que pedir à Câmara, mas não terá que pedir à Câmara todos os dias, pois é essa a intenção de colocar um orçamento, de colocar um protocolo e o acordo de execução o mais rápido possível para que, nesta fase, ainda experimental da nova lei, em que ainda nos estamos a adaptar, possamos, no fundo, dar a tal autonomia, para que as Juntas possam fazer cada uma o seu trabalho. É natural que haja confusões, que haja alguma incerteza, mas, no fundo, há aqui, neste momento, a certeza que a Câmara está e estará, no futuro, sempre disponível para, pontualmente, mesmo que não seja da sua competência, ajudar o cidadão, que é para isso que cá estamos. As pessoas estão primeiro. -----

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia**, colocou à votação os Protocolos com as Juntas de Freguesia, os quais **foram aprovados, por maioria**, com 15 votos a favor (PSD,PS) e 6 abstenção (IPA). -----

B.6. - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO 2014: -----

O Sr. **Presidente da Assembleia** leu o ponto da Ordem do Dia e pediu ao Sr. Presidente da Câmara que fizesse uma síntese desta matéria. -----

O **Presidente** começou por dizer que, relativamente ao mapa de pessoal, para o ano 2013, está praticamente garantido não a 100%, mas com grandes hipóteses de o vir a ser, para cumprir a lei que nos obriga à redução de pessoal-----

O mapa de pessoal continua praticamente igual, verificando-se apenas uma pequena alteração. Estando dois lugares em aberto na área da museologia e, tendo em conta pequenas alterações que foram efetuadas recentemente e já focadas aqui, decidimos fechar um dos lugares da área da museologia e abri-lo na área do turismo. No restante mapa, nada foi alterado. Se existem alterações em termos de pessoal alocado numa seção ou noutra, isso são situações pontuais, originadas por necessidades imediatas, por exemplo, porque alguém está de férias. São situações normalíssimas na gestão de uma Câmara. -----

Como já disse há pouco, é objetivo deste executivo colocar Almodôvar mais longe em termos de turismo. Para o efeito, iremos, provavelmente num futuro próximo, precisar de mais alguém alocado nessa área e, por isso, está o lugar em aberto. O que fizemos foi muito simplesmente retirar um lugar da museologia e coloca-lo no turismo, para que, na eventualidade de distribuirmos funções a mais alguém que venha a ser identificado pelo executivo com capacidade de gestão e dinamização do turismo em Almodôvar, possamos então tirar proveito desse lugar aberto. Isto não quer dizer que vamos colocar mais pessoas, até porque não pudemos, mas, apenas quer dizer, que se houver essa possibilidade e necessidade e que tenhamos a capacidade de o fazer, o lugar já lá está em aberto.-----

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação o **Mapa de Pessoal para o ano 2014**, o qual **foi aprovado, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PSD,PS,IPA). -----

B.7. - APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA PROPOSTA DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO, PARA O EXERCÍCIO ECONÓMICO DE 2014:-----

O **Presidente da Assembleia** introduziu o ponto da Ordem do Dia e pediu ao Presidente da Câmara que fizesse uma explicação prévia do assunto. -----

O **Presidente** começou por dizer que é um documento de extrema importância para o nosso concelho, para a nossa Câmara. Disse: devo em primeiro lugar dizer aos presentes que este orçamento de 2014, que vamos

eventualmente aprovar, ainda não é o orçamento do executivo que está a trabalhar na Câmara, neste momento, eleito pelo PS. É um orçamento que, de facto, quer honrar todos os compromissos do anterior executivo. Só a título de curiosidade, existem compromissados acima de 3 milhões de euros que nós queremos honrar, naturalmente, porque são obras, ou que já foram iniciadas e estão em curso, ou que estão para iniciar, ou que estão em fase de terminar e, terão que ser naturalmente pagas. Este é um orçamento que limita um pouco as opções deste executivo naquilo que se pretende fazer, no entanto, isso é algo que é natural quando se muda de executivo. Existem obras que vêm de um anterior executivo, tal como aconteceu anteriormente, e está a acontecer agora, e nós queremos, acima de tudo, honrar esses compromissos, porque acho que é de bom-tom, que é o nome da Câmara Municipal que está em jogo, e, porque achamos que, de facto, não estão descabidos, passo a expressão. Este orçamento teve o contributo de todos os presidentes de Junta. Assim, o orçamento reflete aqui, em parte, em muitas das rubricas que estão abertas, mesmo naquelas que têm um valor que não corresponde eventualmente ao valor necessário para assegurar as necessidades dessa rubrica e se tenha de fazer alguma coisa, os pedidos feitos pelos Presidentes de Junta, para que possam ser executados. Também reflete naturalmente os nossos próprios compromissos eleitorais, como não podia deixar de ser. Mas se se verificar, todos aqueles compromissos que nós não temos a certeza que possam ser executados, têm verbas simbólicas e, como sabem, é natural que isso aconteça, porque essas verbas simbólicas permitem que haja a rubrica e que, depois, a rubrica possa ser dotada, consoante as possibilidades orçamentais de cada ano. É natural, que este orçamento não sendo o nosso, porque tem valores compromissados, há também valores que a Câmara irá receber que vêm do anterior executivo e é preciso que se note aqui essas duas facetas. Já informei que todos foram convidados. De facto, os eleitos do movimento de "Independentes Por Almodôvar" foram chamados duas vezes a participar neste orçamento, em sede de reunião de Câmara e não houve qualquer contributo, mas, do lado dos Presidentes de Junta, houve contributos de toda a gente. Gostaria que isto ficasse claro. Nós tentamos, face aos meios que temos e tendo em conta que tivemos uma redução, como já disse, de 214 mil euros, aliás é até superior a isso, e tendo em conta a crise que o país e o mundo atravessam, haverá certamente mais restrições, no entanto tentamos assegurar, mais uma vez, que as Juntas de Freguesia tivessem a sua autonomia assegurada. Nós não concordamos nada com a subserviência das Juntas perante a Câmara, de estarem a bater-nos à porta constantemente. Portanto demos aquilo que estava estipulado e ainda fomos um bocadinho mais além. Para além disso, temos políticas de ação social já a entrar em vigor no próximo ano, que irão fazer com que

tenhamos necessidade de mais verbas. Temos também projetos nossos que queremos implementar e não estão ainda aqui, digamos assim, mostrados ou delineados, porque temos alguma limitação, e com base em tudo isso, era importante ver quais os anos em que não tivemos a necessidade de empolar as receitas, a fim de fizemos um orçamento o mais justo o mais simpático e sintético possível. Ficamos um pouco aquém do ano passado, em termos de números, mas isso não quer dizer que não haja mais verbas a entrar e mais verbas a sair. Como é natural, e para terem uma noção que, de facto, o orçamento é um documento que permite mutação, se efetivamente houver mais aprovações a nível de dinheiros comunitários, mais candidaturas que nós possamos fazer ao longo do ano, de forma a vir mais dinheiro, naturalmente que essas rubricas serão dotadas em termos de orçamento e serão aplicadas o mais eficazmente que nós soubermos fazer e também com o vosso contributo e com o que nos aconselharem a fazer. Há que notar, que ao nível da receita e em termos de números, os mais importantes são as receitas do FEF. Em termos de receitas correntes e de capital, o seu valor ascende aos 7 milhões e 829 mil euros. Depois temos também alguns projetos financiados, e aqui friso o que já referi acima, que é que se temos despesas para efetuar em obras que já estão orçamentadas e asseguradas e em funcionamento, temos aqui a perspectiva de receber alguns dinheiros nomeadamente do QREN. Temos também as receitas próprias do município, que rondam os 2 milhões e 500 mil euros, em termos de perspectiva orçamental e com tudo isto chegamos ao número de 12 milhões e 600 mil euros. Julgamos que é um número simpático e acessível e que, com ele, conseguimos, de facto, fazer aquilo que está estipulado, o que não quer dizer que o orçamento não venha, na realidade, a ser minorado ou majorado, consoante a realidade económica. Aquilo que eu queria salientar, é que existe algumas obras e equipamento que vão ser necessários no decorrer deste ano. Falei na questão dos 3 milhões e 100 mil euros, mais coisa menos coisa, e só para dar algumas indicações, direi que isto inclui a intervenção que está a ser feita na escola do Rosário, no Cine Teatro Municipal, que está partitamente a meio, pois ainda tem três ou quatro meses de construção, na intervenção que está a ser feita no complexo desportivo - a pala, o restauro que está em fase de conclusão, mas que ainda existem algumas situações a rever, no convento, onde os arranjos exteriores estão praticamente terminados, exceto uma ou outra reestruturação que ainda é necessária, na repavimentação da estrada da Aldeia dos Fernandes, que liga a Aldeia dos Fernandes à EN2, e tudo isto são obras que já se iniciaram ou que se estão a iniciar. Estas obras estão aprovadas pelo PRODOR. É uma verba de 1 milhão e 900 mil euros que ainda não está toda, mas que irá ao longo do ano entrar. Mas todas estas obras, são obras que ascendem aos 3 milhões de euros e daí aquilo que eu

disse inicialmente, que foi que este orçamento não é ainda o nosso. No entanto, ainda haverá aqui dinheiro para as pequenas obras que temos de fazer e também para outras obras que vamos colocar a concurso, nomeadamente o início de alguns projetos nossos. Julgo que, em termos de compromissos, que até ao final do ano serão iniciados, penso eu, talvez do meio do ano para a frente, algumas obras deste executivo. Neste orçamento estão também incluídos custos de funcionamento da Assembleia Municipal, que ascende aos 19 mil euros, no ano, e da Câmara Municipal que são cerca de 6 milhões. Mais uma vez, digo que estes custos não são fixos, pois como é natural, pode haver necessidade de trocar um equipamento ou fazer uma remodelação que seja necessária e aí teremos que efetuar alterações. Vai haver uma grande preocupação, ainda que não esteja presente no orçamento, em termos de reduzir alguns dos custos. Já iniciamos o processo de redução, não em termos de corte, mas sim de poupança, como, por exemplo, nos combustíveis, nos telefones e na eletricidade. Vamos tentar reduzir onde for possível, porque nós, de alguma maneira, não queremos tirar a quem precisa e como temos que diminuir as nossas despesas em pelo menos 214 mil euros, de algum lado o dinheiro tem que sair. Por isso, temos que poupar onde é possível fazê-lo e temos um ano para o fazer e, concerteza, que iremos conseguir, pois já iniciamos alguns processos para o fazer. Quero deixar, antes da aprovação ou não deste orçamento, o louvor necessário aos funcionários que o elaboraram, porque nós chegamos agora e, ao chegar agora, falta-nos ainda conhecimentos técnicos, conhecimentos de campo, e confiamos plenamente nos funcionários, de maneira que é de louvar esse trabalho. Eles estão lá para isso, mas sem o apoio total desses funcionários, teria sido muito mais difícil elaborar um orçamento numa casa que ainda estamos agora a começar a conhecer. Além de frisar esta parte, queria também deixar a indicação, que este orçamento é e será sempre alterado se houver justificação e desde que essa alteração permita a melhoria de serviços, a melhoria de equipamentos e a maior prestação de serviços à população do concelho de Almodôvar.-----

O **Presidente da Assembleia**, abriu as inscrições tendo-se inscrito os deputados Francisco Teixeira, Celeste Sebastião e Ricardo Jacob -----

No uso da palavra, o deputado **Francisco Teixeira**, referiu o seguinte: ouvi com muita atenção a intervenção do Sr. Presidente, sendo justo aquilo que ele disse, que chegaram há pouco tempo e, naturalmente, que estas coisas levam algum tempo a ganhar endurance e a conseguir transpor para o orçamento os seus próprios projetos. Isso é natural que assim seja no princípio de um mandato como este, no entanto, esperava, apesar deste constrangimento, um pouco mais no conteúdo da memória descritiva do orçamento. Confesso que estava à

espera que a memória do orçamento trouxesse o reflexo daquilo que foram as suas opções, o seu programa eleitoral, que isso estivesse de alguma forma aqui transposto, para que pudéssemos ler qual é o caminho que este executivo vai seguir, embora saibamos também que a carga do executivo anterior, em termos de obras preparadas, projetos aprovados, obras em vias de concurso ou concursadas e financiamentos garantidos, naturalmente que limita sempre qualquer executivo que começa a trabalhar. Não queria deixar de fazer aqui esta nota, esperava uma memória descritiva, apesar do pouco tempo que tiveram, muito mais vasta e com questões concretas, opções concretas, onde nós pudéssemos efetivamente ver qual é o caminho que vai ser tomado, e isso não transparece dessa memória descritiva. Depois, analisando um conjunto de rubricas dos diversos documentos do orçamento, também não transparece, antes, pelo contrário, encontro até situações que revelam algumas incoerências, é um documento que não é coeso, que não é bem integrado. Desde já, vou apenas referir aqui dois ou três exemplos: as verbas para os armazéns e oficinas com apenas 16 mil euros de inscrição, ou as artérias do centro histórico com uma verba de 6 mil euros, em 2014, quando se trata de um projeto concursado, significa que não há ideias definidas para o que se pretende fazer com a remodelação do centro histórico. Esta situação, tem a ver muito com aquilo que o Sr. Presidente aqui já falou, no que respeita à atratividade turística do concelho, que me parece muito importante que nós déssemos uma imagem positiva a esta zona do centro histórico e, portanto, 6 mil euros significa que é um projeto provavelmente adiado, quando tudo está pronto para ser executado e sabendo-se apenas que não se trata apenas de embelezar o centro histórico, mas trata-se de alterar toda a infraestrutura subterrânea existente nesse centro histórico, o que é importante para a qualidade de vida das populações, sobretudo havendo a possibilidade de verbas e financiamento para a executar. Ou o exemplo do parque de campismo para 2015/2016 e, ao mesmo tempo, fala-se numa remodelação do parque de merendas. Parece-me uma contradição no sítio onde se vai fazer um parque de campismo, pois também há um plano de remodelação para 2015, é uma coisa que me deixa dúvidas, independentemente de eventualmente eu estar à espera que fosse aqui colocada a questão do futuro do parque de campismo, da sua viabilidade em termos de equipamento, com impacto no turismo e na atividade económica do concelho. Ou, por exemplo, posso referir-me à questão da ausência, neste documento, dum projeto com planos aprovados, com financiamento garantido, inclusive financiamentos comunitários. O Sr. Presidente falou que à medida que obtemos financiamentos comunitários, ou a garantia de os obter, que poderemos

reajustar os orçamentos. Ora, aqui está um caso em que ele existe, uma verba da Câmara para a sua construção, mas também existem verbas das populações e isso é muito importante, pois a Associação "Sonho & Verdade" também tem verbas próprias que angariou ao longo destes anos para esse projeto, e aqui, no orçamento, nada é referido sobre essa matéria. Estamos a falar dum projeto que significa muito para as próprias pessoas, não para a Câmara. Trata-se de um projeto vocacionado a ser gerido pela própria sociedade civil, o que é mais importante para mim. Antes de tudo o mais, é um projeto que parte das pessoas e que nós referimos nos programas eleitorais como o mais importante do nosso projeto e, até é um exemplo daquilo que deveria ser seguido, não só neste caso do centro de dia, como em muitas outras atividades. Não estarmos sempre à espera da Câmara, mas serem as próprias pessoas a terem capacidade de tomarem a iniciativa e de colocar no terreno essas realidades é o ideal, mas também aqui, neste caso do orçamento, não vejo referências a essa matéria. Estas lacunas, muitas delas com sustentabilidade do ponto de vista da sua execução, ao não estarem consideradas, ou estarem consideradas de uma forma que deixa dúvidas, sobre se serão construídas em tempo útil e da forma correta da sua realização, colocam, como disse no início, reservas, que eu desde já colocava aqui em relação a orçamento. -----

A deputada **Celeste Sebastião**, referiu que o Grupo Municipal dos "Independente Por Almodôvar", eleito para a Assembleia Municipal, analisou de forma cuidada a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014. No que respeita ao orçamento, na parte da receita, nada temos a reparar, dado que, em nossa opinião, foram consideradas as normas indicadas no POCAL, no que concerne ao cálculo das verbas a arrecadar, principalmente nas receitas próprias e na aplicação dos financiamentos constantes das candidaturas comunitárias.-

Contudo, no que respeita às Grandes Opções do Plano, existem muitas dúvidas e interrogações que gostaríamos que nos fossem esclarecidas, algumas delas já foram aqui levantadas, contudo nós gostaríamos de as salientar e de reforçar a sua pertinência.-----

O Sr. Presidente disse que este é o primeiro orçamento, que existe uma necessidade de adaptação, que é um orçamento flexível mas, acreditamos que demasiada flexibilidade, se calhar não trás assim muito bons resultados, então pedimos os seguintes esclarecimentos: -----

Primeiro ponto – constatou-se a abertura de rubricas com dotações claramente insuficientes para qualquer realização, dotações que vão de 100 a 1000 euros, especialmente nas áreas das pavimentações, repavimentações e outras, um nítido exagero, em nossa opinião, mas, de qualquer maneira, sabendo nós que a Câmara Municipal passará com um

saldo de gerência que ultrapassara os 2 milhões de euros. Assim, perguntamos, já que não há qualquer referência a este nível, onde é que a atual maioria pretende aplicar o grosso deste excedente financeiro?

Segundo ponto - refere-se aos já debatidos protocolos das Juntas de Freguesia, que eu julgo que seja importante reforçar novamente, e salientar, porque não se trata aqui de demagogia política, mas de instrumentos demasiado importantes para passarem assim de uma forma tão ao-de-leve na Assembleia Municipal. Julgo importante referir novamente, que na memória justificativa do Orçamento e Grandes Opções do Plano é referido que são celebrados acordos de execução com as Juntas de Freguesia, no âmbito da Lei n.º 75/2013, e que esses acordos serão submetidos à aprovação da Assembleia Municipal num futuro próximo. Nesta sessão apenas estão presentes os protocolos com uma afetação de verba diminuta e com critérios muito discutíveis e com transferência de duodécimos. Perguntamos, porquê este critério de distribuição de verbas, na nossa opinião não é justa, esta proposta já que não assenta em critérios objetivos e equidade e porquê a transferência em duodécimos para uma Junta? Com um protocolo de 4 mil euros, vai receber pouco mais de 300 euros mensais, julgo que tem pouco sentido, para além de que, como já referi, os critérios de distribuição de verbas não nos é explicado porquê de Juntas tão diferentes, com populações tão diferentes, com aglomerados populacionais em número tão distinto umas das outras, têm todas a dotação de 4 mil euros, tirando as aglomerações de freguesias que recebem 8 mil euros cada, mas que dará mais ou menos a mesma coisa? Ainda relativamente aos acordos de execução, perguntamos para quando a apresentação destes acordos e se esses acordos preveem todas as transferências de competências previstas na lei, ou apenas parte delas, e até à aplicação destes acordos de execução como é que as juntas vão funcionar apenas com a transferência dos protocolos? -----

O terceiro ponto - a maioria refere que pretende melhorar o serviço público prestado pelo município, e nós estamos de acordo que isso aconteça, para que isso seja possível, uma das condições exigidas é que os trabalhadores do município tenham instalações e meios adequados para exercer o seu trabalho. O anterior executivo começou a criar essas condições no edifício onde nos encontramos e na parte superior do edifício fronteiro, também elaborou um projeto para armazéns e oficinas parque de viaturas e área social para os trabalhadores do exterior. É com surpresa, que verificamos que nas Grandes Opções do Plano para 2014, a atual maioria remete para 2015 e 2016 as obras da parte restante do edifício fronteiro e não refere nada sobre o outro projeto dos armazéns e oficinas, apenas com uma pequena dotação, presumimos que será para

pagar o que resta do projeto, qual é aqui a ideia? Não fazer nada? Se não é assim, então qual é a calendarização para estas duas obras importantes para uma maior capacidade de resposta do município?

Quarto ponto - outra situação importante e muito mal esclarecida nestes documentos, prende-se com a requalificação urbana no centro histórico da vila de Almodôvar. Como é do conhecimento de todos, a Câmara e a Assembleia aprovaram num passado próximo a criação de uma área de requalificação urbana, tinha a ver com o núcleo antigo da vila e mais alguns troços, com um conjunto de benefícios de isenção fiscal parcial para quem recuperasse as habitações dentro destes perímetros e que serviu de base a uma candidatura a financiamento comunitário já efetuada e que no futuro suportara outras candidaturas nesta área que vai ter grande prioridade no próximo quadro comunitário 2014 – 2020. Para que tudo isto se concretize e tenha a coerência devida, a primeira prioridade será, na nossa opinião, a requalificação urbana do nosso centro histórico, obra já com projeto elaborado e pronta a ser concursada. A pergunta que se coloca, é o que pretende a atual maioria fazer com esta área de requalificação urbana e, particularmente, com o projeto da zona histórica da vila. Nós não sabemos porque nas Grandes Opções do Plano apenas aparece uma pequena dotação de 6 mil euros e sem referir qualquer plurianualidade. Também para nós é estranho, quando no preâmbulo destes documentos se refere a vontade de desenvolvimento e coesão social do concelho, não apareça qualquer rubrica com a dotação para a construção do centro de dia e apoio domiciliário de Gomes Aires, investimento de grande importância para aquela freguesia e para o concelho com o financiamento garantido do PRODOR, no valor de 200 mil euros, terreno cedido pela Câmara Municipal para a construção, projeto pronto a ser concursado, apoio financeiro da União de Freguesias de Santa Clara e Gomes Aires e recursos próprios da Associação “Sonho & Verdade” para avançar com a obra sem qualquer referência no orçamento. A pergunta que se coloca é, está a atual maioria disposta a deixar cair estes investimentos, perdendo os 200 mil euros de financiamento comunitário, mais perto dos 50 mil euros gastos no projeto. Damo-nos ao luxo de cometer tamanha asneira, quando estão reunidas todas as condições, inclusive a capacidade financeira da autarquia para ajudar a construir esta obra. A maioria tem a coragem de defraudar toda aquela população que tantas expectativas criaram em torno deste equipamento social, depois de ver encerrada a sua escola e agregada a sua junta de freguesia. -----

Por último - o que pretende a atual maioria fazer com o plano diretor municipal? O processo foi desencadeado, existe já um diagnóstico concluído e o passo seguinte seria a adjudicação da revisão do plano. É

importante para o concelho ter um instrumento de ordenamento do território atualizado e que defina uma estratégia e orientação futuras. Nas Grandes Opções do Plano existe uma rubrica com uma dotação de 100 euros, mas para quê, não se percebe, existem ainda outras situações confusas que denotam pouco rigor na elaboração destes documentos, a questão do parque de campismo também já aqui referida com dotações plurianuais até 2017 e com montantes que não têm nada a ver com a estimativa orçamenta, o Pavilhão Gimnodesportivo, por exemplo, com plurianualidade até 2017 e com dotações claramente descabidas. -----

O Presidente da Câmara, disse que são de facto questões pertinentes e que merecem alguma análise e discussão. Tal como disse inicialmente, este orçamento não é completamente nosso, tínhamos aqui duas opções: ou honrávamos os compromissos efetuados pelo anterior executivo, ou colocávamo-los de lado e fazíamos os nossos. Não temos dinheiro para tudo aquilo que os Srs. deputados estão a pedir. De facto, é um rol de tantas situações que não sei onde poderíamos encontrar dinheiro para fazer tudo isso no ano de 2014. Tal como salientei, o facto de eu ter as rubricas abertas no orçamento, permite-me que, caso haja mais verbas a chegarem à Câmara, e de certeza que vai haver, pois existem projetos em aprovação no PRODER e no QREN, que pensamos que venham aprovados, e quando essas verbas chegarem, as rubricas serão dotadas dos valores necessários para que possamos fazer algumas obras que são necessárias. O orçamento que nós temos aqui, é um orçamento com enquadramento estratégico perfeitamente bem definido, como poderão verificar, é um orçamento que tem as premissas bem claras, tem uma grande preocupação que é tentar salvaguardar a diminuição da população que se tem vindo a notar no concelho de Almodôvar, com os jovens a ir embora e nós temos a preocupação de ter as rubricas necessárias abertas para que a juventude tenha a sua parte, digamos assim, as suas contrapartidas neste orçamento. Neste Orçamento e Grandes Opções, houve compromissos políticos e linhas orientadoras que foram sufragados democraticamente. Colocamos todas essas rubricas, porque todos os Presidentes de Junta deram o seu contributo. Não estamos a fazer aqui um orçamento só ao nosso critério, não nos compete só a nós fazer este orçamento, porque o executivo não somos só nós. Depois, há ainda outra coisa a acrescentar, que é o facto de todas as rubricas deste orçamento estarem dotadas de verbas que não coincidem, nem representam, a veracidade daquilo que é necessário para ser colocado ou posto em prática numa obra. É que essas rubricas, logo que a receita o permita, serão de facto majoradas com o que for necessário. Quando eu disse aqui que tinha duas opções: ou honrava os

compromissos assumidos ou não, eu quero dizer que prefiro honrar os compromissos assumidos, porque, assim, nós estamos a honrar o trabalho das pessoas que cá estiveram antes de nós, e quem vier depois de nós terá de fazer, eventualmente, o mesmo. Agora, os Srs. deputados não podem querer, neste momento, que façamos tudo. Eu dou-vos o exemplo dos armazéns municipais que andam há mais de 15 anos na baila. Há doze anos, se bem se recordo, já andavam como um compromisso para ser executado. Não queiram que eu no ano de 2014 abandone todos os projetos da Câmara e faça os armazéns municipais, porque os Srs. Deputados, neste caso de uma oposição ou de outra, não interessa, acham que é uma obra prioritária. Para mim é prioritário, mas já o era há 12 anos atrás e, se em 12 anos não foi feita, eu tentarei fazê-la em 2014 ou 2015 se assim o orçamento o permitir, mas garanto-lhe que tudo farei para que essa obra esteja no ar logo quando possível, até porque isso permite-me poupar uma verba acima de 20 mil euros de rendas por ano. Falo aqui que, de facto, os acordos de execução têm de ser aprovados na Assembleia, nós sabemos dessa situação e temos aqui duas opções: ou deixamos as Juntas de Freguesia à deriva, sem um acordo, ou então seguimos a lei que nos dá os 180 dias para colocar em prática esses acordos. É necessário ver aqui uma questão muito importante, que é começar a dotar as pessoas com aquilo que podem fazer e as Juntas podem ter esses acordos em breve. Perguntou para quando, eu direi que até final de janeiro, princípio de fevereiro, os acordos estão de pé. Eles estão a ser trabalhados, o departamento jurídico, que temos para esse efeito, também está a elaborá-los para outras Câmaras, para outras Juntas e isso é feito em conjunto, não somos a única Câmara do país com esta situação, até porque a lei saiu, como sabem, em setembro. Há muitas Câmaras que ainda nem sabem o que fazer. Depois, a remodelação do edifício municipal do outro lado da rua. Sabemos que há um prazo para executar a obra, não sabemos onde colocar os funcionários durante dois anos para fazer a obra, e naturalmente que não se pode, no ano 2014, tirar verbas do Cine Teatro, da Ribeira de Cobres, da pala do Complexo Desportivo ou da estrada da Aldeia dos Fernandes e colocar no edifício fronteiro. Isto, é uma maneira de dizer que, no fundo, esta obra vai ser feita, provavelmente, não em 2014, mas em 2015. Mas se ainda for possível ser realizada em 2014, o que eu não acredito, confesso, pois temos uma quantidade grande de obras a realizar-se, e, se aquela é prioritária, também todas as outras o são. Naturalmente, será uma obra que será iniciada e feita com celeridade, porque Câmara não têm disponibilidade para ter os funcionários fora do edifício durante um longo período de tempo. Relativamente à questão dos acordos de execução, tem toda a razão,

quando diz como é que as Juntas vão trabalhar com os 4 mil euros, mas, no fundo, estamos a falar num período de um mês, que é, possivelmente, o período até nós termos os acordos de execução prontos. Julgo que neste período de 30/45 dias no máximo, nós e outras Câmaras teremos tudo completo para começar a funcionar. Até lá, não vão ficar sem falta de verba, nem que para isso tenhamos que fazer um acordo pontual, um protocolo pontual para assegurar essa verba. A questão da requalificação da zona urbana, naturalmente que os Senhores deputados que levantam a questão, têm acesso a informação nesse sentido, que diz que existe um projeto de requalificação urbana, alguns já aprovados, outros em fase de aprovação que, logo que venham aprovados, será feita e será priorizado, com este executivo a decidir aquilo que é mais prioritário, porque é assim que tem que ser. O anterior executivo definiu linhas de trabalho, este define outras. Agora, para aquilo que está aprovado para a zona histórica, para a requalificação de Almodôvar, será para fazer, mas, coloco a seguinte questão: primeiro paga-se o Cine Teatro ou inicia-se a obra da Rua de Beja? Eu digo que primeiro se paga o Cine Teatro, porque a Câmara tem um compromisso, que até Maio terá de ter uma obra de um milhão e cem mil possivelmente completa e paga. Portanto, eu não posso, à partida, dizer-lhe que vou começar a remodelação da Rua de Beja, quando não sei ainda se, de facto, a posso começar. A verba ainda não chegou e quando chegar, a rubrica será dotada, pois não estamos aqui para andar à deriva daquilo que o anterior executivo julga que é o mais óbvio. Temos que contar com os números que temos e se esses números permitirem fazer um trabalho, eu faço, se não permitem, terei que esperar até ter orçamento para o efeito. Não quero dizer com isto, que não o faça, que quando vier a verba aprovada do quadro comunitário, se for para esse fim, a obra será feita. Esta é uma questão que eu gostava que ficasse ciente. -----

Mais uma vez digo que as rubricas sem dotação, que têm agora 100 euros ou 500 euros, estão assim porque democraticamente os Presidentes de Junta deram o seu contributo, nós abrimos todas as rubricas, e quando houver possibilidade, pouco a pouco, vamos fazendo todas essas obras. -----

Os Senhores deputados andaram às voltas até chegarem ao "Sonho & Verdade". De facto, eu sabia que iriam chegar ao "Sonho & Verdade", porque é uma questão pertinente. Eu próprio estou preocupado com aquela Associação, na verdade, preocupo-me. Os Srs. deputados só nos últimos seis meses é que se preocuparam com a "Sonho & Verdade" e com o Centro de Dia, porque eu não ouvi falar em Centro de Dia em Gomes Aires nos últimos anos, mas essa é uma questão política e aqui não está em questão essa

situação. De facto, nos últimos seis a oito meses houve uma tentativa de se fazer um Centro de Dia em Gomes Aires, mesmo que seja nos últimos quatro anos, tudo bem, mas nos últimos seis meses falou-se mais na questão. Eu não quero entrar em questões políticas, porque sabemos que qualquer partido, qualquer ideologia política, em ano de eleições, tenta fazer as suas obras e o mais possível. Vamos esquecer essa parte, vamos cingir-nos à questão da Assembleia e à pergunta que me foi feita, que é o que merece o devido esclarecimento. É preciso saber que existe um projeto aprovado pelo PRODOR, com o valor de 200 mil euros, para fazer um Centro de Dia em Gomes Aires, com capacidade para 18 utentes, e embora a um centro de dia não se limita o número de entrada, a verdade é que a capacidade do centro em si é de 18 utentes. Dentro do centro, também sabemos que haverá postos de trabalho a serem criados e que já estão praticamente definidos, porque as pessoas que fazem parte da "Sonho & Verdade" serão praticamente essas as trabalhadoras. Acho que já há um ou dois concursos públicos em andamento para dar emprego a duas pessoas na área da Psicologia e um na área de Animador Cultural. Não sou contra nada, estou muito a favor de um Centro de Dia em Gome Aires, apenas não sei se aquele é o Centro de Dia que eu quero. Quero um Centro de Dia em Gomes Aires, mas não se esqueçam de que a Câmara vai investir cerca de 300 mil euros. Podem dizem-me que a Câmara tem um bom suporte financeiro, o que não está em causa. Mas estão outras coisas em causa, por exemplo o prazo de execução dessa obra. Nós tínhamos até ao final do ano e agora fomos dada a ideia de que poderia ir até março de 2015. Também sei, que se for preciso mais um mês ou dois, julgo que o PRODOR não irá exigir devolver o dinheiro. Mas, será que a "Sonho & Verdade" tem capacidade de encontrar os 92 mil euros? Não sei, não quero por em causa a participação da "Sonho & Verdade". Não estou aqui a dizer que duvido da capacidade financeira da "Sonho & Verdade", apenas pretendo dizer que se não tiverem o dinheiro, teremos que ser nós a assegurar esse pagamento. Os 200 mil euros fazem-nos muita falta, mas será que não conseguimos encontrar umas instalações em Gomes Aires para fazer um Centro de Dia, onde a aplicação de 300 mil euros, que compete à Câmara, nos desse mais rendimento? É só isso que eu preciso de saber. Não preciso de saber se faz falta ou não o Centro de Dia em Gomes Aires, porque eu sei que faz falta, mas já faz falta à muito tempo, não faz falta à seis meses ou há um ano. Quem nos dera ter um Centro de Dia espalhado por todas freguesias. Agora, eu não estou a defraudar a população de Gomes Aires, porque não foi com este executivo, de há dois meses para cá, que a Junta de Freguesia de Gomes Aires deixou de ser Junta de Freguesia, nem foi de há dois meses para cá que perderam a Escola Primária. O que eu não quero fazer neste momento, é colocar a Câmara numa situação, onde eu não tenho a certeza

que me posso comprometer e assegurar. Pedi em reunião de Câmara há 15 dias para me reunir com a associação "Sonho & Verdade" e com a ESDIME, que é a entidade promotora do projeto, para definir, precisamente, se nós temos ou não condições para encontrar uma melhor solução. Não quero com isto dizer que não quero ter o Centro de Dia, ou que não quero ter os 200 mil euros. Telefonei à gestora do PRODER que me garantiu que se o projeto for reapresentado com uma nova localização irão reavaliar a situação. Preciso só de saber se o investimento da Câmara pode ser reduzido, tendo o mesmo equipamento, ou até, se com o mesmo valor podemos ter mais. Não estou a dizer que não quero o Centro de Dia nem estou a defraudar a população de Gomes Aires, até porque aquelas pessoas precisam da Câmara e da Junta de Freguesia para as apoiar a nível social e apenas o Centro de Dia ou o lar em Santa Clara não chega. Não estou contra, mas como eu sabia que os Srs. deputados iriam chegar a este ponto, quero dizer, bem claro, que não existe, por parte deste executivo, nenhuma tentativa de não criar o Centro de Dia em Gomes Aires. Estamos à procura de soluções, não somos obrigados a olhar para um projeto com dúvidas e, simplesmente, porque alguém nos disse que era bom, termos de o aceitar. Podemos ter as nossas opções, olhar e verificar se esse é o melhor projeto, ou se existe outro paralelo que seja ainda melhor. Já provamos que os custos deste projeto são exagerados, pelo menos nas infraestruturas, porque existem condições no terreno que não são favoráveis à construção. Se calhar existe outro terreno, outra instalação em que nós, com menos dinheiro, façamos o mesmo ou mais. É só isto que está em causa, porque, de facto, a pressa é inimiga da perfeição e se nós já pedimos algum tempo para analisar e já pedimos também ao PRODER e à ESDIME para nos dar mais alguns dias para analisar a situação, não está em causa não fazer, mas está em causa empregar dinheiros públicos no local certo e com as condições e mais-valias que achamos que devemos ter. Atenção! não estou a criticar o projeto em Gomes Aires. Apenas achei, quando olhei para o projeto, que a localização do mesmo e o valor investido nele, não era o mais apropriado. Foi isto apenas o que eu achei, nunca estive contra o projeto e disse em reunião de Câmara, demagogias políticas à parte, que quero fazer o Centro de Dia, apenas não tenho a certeza se esse é o local certo, porque acho demasiado investimento, cerca de 200 mil euros, senão estou em erro, só em betão, só em infraestruturas de betão. Posso estar enganado, estou aqui a falar em números por alto e achei demasiado investimento em betão e pouco investimento em equipamento. Esta é a preocupação que nós continuamos a ter e garanto-vos que vamos procurar saber se temos uma solução melhor e esse direito nós temos. Pedi, extraordinariamente, que me concedessem até ao dia 15 de janeiro, apesar de, na reunião de Câmara, já ter sido votada a não aceitação. Os Srs. Vereadores do Movimento IPA

demonstraram a sua preocupação, fui sensível à mesma, as pessoas precisam, não está em causa não fazer, está em causa ver se aquela é a melhor solução. Se aquela não for a melhor solução, fazemos na mesma noutra situação, noutra casa, noutra terreno, não fica vai por fazer.-----

Tomou a palavra a deputada **Celeste Sebastião**, referindo que se iria votar um orçamento simbólico. Relativamente aos acordos de execução das Juntas e depois do esclarecimento do Sr. Presidente que estes acordos de execução serão aprovados mais ou menos no prazo de um mês, a proposta que está nas Grandes Opções do Plano é da distribuição em duodécimos da verba dos 4 mil euros em 2 casos de 8 mil euros, mas como referiu que estas verbas seriam apenas para gestão das Juntas até aprovação dos acordos de execução, não percebi exatamente a sua explicação.-----

Relativamente ao projeto de Gomes Aires da "Sonho & Verdade", do Centro de Dia, não foi pensado apenas há seis meses, já é um projeto que tem muito mais tempo, talvez seis anos e é um projeto que está aprovado pelo PRODOR e que tem um projeto e que, com certeza, como o se Presidente o saberá, tem as garantias. Quando se refere que não sabe se a Associação terá a disponibilidade de 100 mil euros, quer dizer se os projetos passam pela análise muito cuidada dos financiamentos comunitários essas dúvidas, se calhar, não têm razão de ser. -----

O deputado **Ricardo Jacob** referiu que, quando a colega dos independentes refere que estaríamos a aprovar um orçamento simbólico, eu acho é que estamos a aprovar um orçamento de continuidade. Dizer que este é um orçamento simbólico, não estou a perceber, ou seja, o orçamento de 2014 é um orçamento, grosso modo, de continuidade. Há pontos que certamente são diferentes e que serão aplicados pela maioria do executivo, o Partido Socialista, mas, de facto, o orçamento, no geral, é um orçamento de continuidade, não consigo perceber como é um orçamento simbólico. Quanto à nossa intervenção, relativamente à questão das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2014, é importante voltarmos às últimas eleições autárquicas. O Partido Socialista ganhou, não ganhou com uma maioria absoluta e o PSD de Almodôvar, é importante frisar isto, na atual conjuntura política local e também nacional, porque o orçamento também deriva, em grande medida, das verbas provenientes do orçamento do estado, como eu dizia, defende aqui a salvaguarda e supremo interesse do concelho de Almodôvar. Como foi dito aqui muitas vezes, há compromissos que têm de ser respeitados, é isso que está aqui em causa no essencial deste orçamento. Não interessa se é um orçamento do PS ou do PSD, é um orçamento do concelho de Almodôvar e é isso que nós temos que

perceber, é isso que temos que falar. Não vale a pena sermos demagógicos, temos que ser realistas quando falamos nestas questões mais concretas. O PSD, como eu referi na última Assembleia, está disposto a ouvir e a dialogar com todas as forças políticas. Foi isso que fez com PS. Há maior transferência efetiva de verbas para as Juntas de Freguesia e, para além do mais, essas transferências estão ajustadas, como referi anteriormente, ao critério da proporcionalidade, à questão da população da freguesia e, isso, para nós, é muito importante. Este orçamento revela, para nós e acima de tudo, uma maior transparência ao nível das transferências das verbas da autarquia para a Juntas de Freguesia, de uma maneira geral. O PSD assumiu esta vontade política, como também o assumiu no seu programa eleitoral. De facto, queremos maior autonomia para as Juntas de Freguesia. Agora, é importante dizer ao Sr. Presidente, que nós iremos viabilizar, daqui para o futuro, todas as medidas que forem benéficas para o concelho Almodôvar, mas rejeitaremos, de forma veemente, todas as medidas que coloquem em causa o supremo interesse do concelho Almodôvar e, isso, é o que vamos fazer daqui para o futuro. Estaremos atentos aos números que serão colocados no orçamento propriamente dito. É a qualidade do orçamento e a qualidade da execução do orçamento que está em causa. Iremos vigiar, muito atentamente, o que de facto se irá implementar no terreno, é isso que vamos então fazer durante no ano 2014. É importante frisar a questão da qualidade da execução. O que acabei de referir, não significa que não tenhamos aqui algumas questões para colocar ao Sr. Presidente. -----

O Sr. Presidente fala em investimentos estruturantes, de forma a fixar as pessoas e para que possamos atingir um maior desenvolvimento ao nível económico. Até aqui, tudo muito bem para mim, mas o orçamento é muito vago em relação a este aspeto. Eu coloco, desde já, a questão: como é que se consegue fixar pessoas, nomeadamente jovens, que é essa a preocupação de todos nós, quando estes têm imensas dificuldades em adquirir um pequeno lote de terreno? Pois um terreno pode custar à volta dos 50 mil euros e, para além do mais, existem todos os constrangimentos bancários, ao nível da concessão de crédito. Portanto, a minha pergunta ou o reforço dessa pergunta, para o Sr. Presidente é: que política de habitação implementar a partir de 2014? No orçamento, há o loteamento municipal da cerca do convento, que será para 2014 e, já agora, qual o regulamento que será aplicado, em termos gerais, a este loteamento? De qualquer das formas e já preparando o futuro ano de 2014 e de 2015, o mais importante e o mais benéfico para os jovens, pois não é só os idosos que temos de ajudar, também os jovens poderão arrendar em vez de adquirir casa própria? Ora, veja qual

é a minha estranheza, que neste orçamento de 2014 não verifico qualquer política de incentivo ao arrendamento jovem. Gostava de colocar esta questão ao Sr. Presidente: como é que perspectiva o próximo ano de 2014 ou de 2015 nesta matéria, que para nós é fundamental e que é o arrendamento jovem? Na verdade, a questão de casa própria acarreta um conjunto de custos que, de facto, não é o mais pertinente para um jovem casal que está em início de vida. Outra questão, para nós fundamental, é: que políticas de natalidade? O último executivo ficou-se pelos 1000 euros. Inicialmente foi um montante interessante, pois era um pequeno estímulo, mas, de facto, nós queremos ir mais além desses mil euros, pois, para nós, mais importante que esses mil euros, é, por exemplo, uma pequena participação numa creche, como nós definimos no nosso último programa eleitoral. A questão para o Sr. Presidente analisar, é se podemos ir mais além deste valor dos mil euros, quando do nascimento do 1.º filho. -----

Além da questão da natalidade, também é importante saber, qual é a oferta ao nível dos equipamentos coletivos até aos 3 anos de idade? Neste momento temos apenas o infantário Carrilho Garcia, que tem uma oferta limitada, como todos nós sabemos. O que eu pretendia saber do Sr. Presidente, é como tenciona inverter essa situação nos próximos anos, ou seja, que alternativa terá para responder, de uma forma objetiva, aos cidadãos que não pretendem colocar os seus filhos no Infantário Carrilho Garcia. Qual é a sua estratégia para os próximos anos neste âmbito, da resposta social e de resposta educacional, principalmente até aos 3 anos, que é a maior carência que temos atualmente no concelho de Almodôvar.-----

Preocupa-nos a execução das políticas, essencialmente numa área que é absolutamente sensível e importante para o concelho de Almodôvar, e aí, o último executivo, na opinião de todos nós, fez um trabalho brilhante ao nível da ação social. De qualquer das formas, eu quero colocar outra questão: qual é o modelo de ação social que pretende implementar no nosso concelho? O modelo assistencialista com interferência política, ou um modelo em que há uma clara delimitação entre o técnico, aliás, entre o que é técnico e o que é político? Como será executado o serviço de ação social? Será de manter ou irá introduzir algumas alterações? Qual será o circuito de atendimento ao munícipe, ao nível de atendimento na área social, desde o primeiro contacto até à elaboração do diagnóstico social e, finalmente, até à tomada de decisão? Depois temos outra área, que para nós é importante: quem fará o acompanhamento e avaliação dos idosos, o evoluir das situações após a tomada de decisão, como eu referi anteriormente, e, mais ainda, quem fará a articulação em matéria de ação social? Serão as assistentes sociais

ou temos outra alternativa. Outra questão que eu verifiquei ao nível de ação social, tem a ver com uma rubrica que se o Sr. presidente me puder definir seria bom ou podemos esperar, mas é importante saber o que é o emprego social e é importante também para tranquilizar um pouco e dar aqui uma abrangência mais geral sobre essa medida do emprego social. -

O **Presidente da Câmara**, respondendo à deputada Celeste Sebastião, disse que ficou ainda uma questão em aberto, relacionada com os acordos de execução, que é uma nossa preocupação. Referiu que os acordos de execução estão a ser preparados, dentro de um prazo de 30 a 45 dias, e terão que ser aprovados em Assembleia, tomando nós as medidas necessárias para que isso aconteça. Até lá têm os duodécimos, e nas situações pontuais que necessitem têm a Câmara à sua disposição. É uma situação extraordinária, é uma lei nova que entra em vigor e é uma situação que nós não podemos, de facto, ultrapassar, porque não temos condições de o fazer, tendo em conta as novas competências. Quanto às rubricas, estão todas abertas e podem ser dotadas sempre que haja necessidade, ou que nós possamos fazê-lo. Portanto, essa parte, está esclarecida desde o início. Nós não conseguimos saber, ao certo, quanto é que vamos gastar e a verba cabimentada agora é a verba que achamos necessário para manter a rubrica aberta. Quando houver necessidade transfere-se ou transfere-se quando entram verbas no município, como é o caso que estamos à espera. O Sr. deputado pelo PSD coloca-me uma série de perguntas e terei oportunidade de lhe responder quando apresentarmos o nosso Plano de Ação Social, que está no início da sua elaboração. Estamos a começar a apercebermo-nos até onde é que podemos ir, estamos a começar a explorar todas as áreas, a saber as carências que o concelho tem, a todos os níveis. A carência, no aspeto da creche, é de facto uma carência que já não vem de agora, mas está identificada. Como sabe, a Câmara não pode fazer concorrência aos privados e não poderemos abrir uma creche, a não ser que para isso haja algum acordo, algum protocolo específico com alguma entidade. No entanto, digo-lhe já que apoiaremos qualquer proposta que venha no sentido de criar mais condições para os jovens. Não lhe posso já dizer como, mas digo-lhe que será analisado caso a caso, no âmbito do apoio da área social para uma necessidade que o concelho venha a ter. Também lhe digo, que o apoio à questão da natalidade, é um apoio que no nosso compromisso eleitoral estava abrangido e será naturalmente implementado. Logo que seja possível, será colocado em prática e isso tem a ver um pouco com aquela história do orçamento não ser só nosso. Nós estamos muito dependentes de verbas, estamos, no fundo, sem que isto seja uma desculpa para o executivo, a ver então até onde podemos ir, estamos a ver até onde a perna pode ser esticada e, naturalmente,

que estes primeiros meses, são os meses de algum receio em prometer ou dizer que vamos fazer e depois não tenhamos condições para o fazer. Portanto, temos que ir com algum cuidado, pois, naturalmente, temos à nossa frente muito tempo para colocar em prática as situações que são prioritárias ou urgentes. A questão do apoio à natalidade não deixa de ser urgente, tendo em conta aquilo que nós nos propomos fazer. Face à descida da natalidade, as políticas assumidas até agora não me parecem erradas, nós queremos utilizá-las no sentido de, se são corretas usamos, se não são corretas melhoramos. Esta posição é normal para que possamos complementar o que está feito, melhorar, adequar, adaptar à nova realidade.-----

No que respeita à política e ao estímulo ao arrendamento jovem, é ideia deste executivo tentar, de alguma maneira, adquirir nos próximos, não direi meses, pois não nos é possível, tendo em conta que o orçamento está praticamente limitado àquilo que trás referi, mas no próximo ano, por exemplo, adquirir alguns prédios e algumas casas em ruínas, a apreços capazes, utilizar o espaço que temos em Almodôvar, dentro da própria vila, espaços passíveis de alguma construção, para que possamos ajudar os jovens na compra ou no arrendamento. Caso a Câmara tenha a hipótese de o fazer, também temos que respeitar a política de não fazer frente ao negócio privado, pois é preciso, que se note bem isto, nós não queremos de modo nenhum competir com os privados, antes queremos ter soluções alternativas. Naturalmente que vão haver pontos em que vamos competir com alguns privados, isso é natural, mas evitar a todo o custo fazer-lhes frente, porque se um empresário no concelho faz um prédio para vender ou para arrendar, eu não vou fazer um ao lado outro a custos mais baratos para tirar a venda desse prédio. No entanto, pode haver jovens no concelho que não têm capacidade de comprar a esse empreiteiro e se calhar a Câmara, de uma maneira ou de outra, pode contribuir para que eles fiquem no concelho, para que eles tenham a sua casa aqui, ou para que possam arrendar. Isto é uma política a ser estudada, porque é preciso muito cuidado quando se implementam políticas que colidem com interesses, porque, apesar de ser uma ajuda aos jovens e nós queremos fazê-lo, mas também não queremos mandar abaixo certas empresas que estão à espera de alugar ou de arrendar. Em relação à creche, já lhe respondi que vamos apresentar o modelo de ação social em devido tempo. O nosso modelo de ação social inclui ajuda aos nossos jovens. Já no mês passado, iniciamos uma ajuda, no sentido de transportar os jovens para a universidade, para a escola secundária em Beja, à segunda-feira de manhã, para os levar e à sexta-feira à tarde para os trazer de regresso. Vamos aumentar esse transporte caso haja mais necessidade, se houver

mais jovens a inscreverem-se. Nós estamos a tentar identificar essas necessidades, vamos implementar algumas medidas, não só para Beja, como para outras localidades onde possamos chegar. Não é possível chegar a todo o lado, é uma questão de prioridades. Durante o ano de 2014 não vamos deixar de ajudar as obras aos mais carenciados, não vamos deixar de ajudar os jovens que têm filhos, não vamos deixar de ajudar casos pontuais do Fundo de Emergência Social. Acho que é uma política bem aplicada e vamos usá-la da melhor maneira que for possível. Sobre a questão do encaminhamento e do atendimento, julgo que é necessário, para um executivo, saber, primeiro, onde é que está a ser aplicado o dinheiro, para depois poder responder, aqui ou em qualquer outro lugar, quantas pessoas foram ajudadas. Não tenho que estar só dependente de um relatório. Por exemplo, na ação social nós temos que conhecer os casos, que é esta a nossa política, conhecer os casos, para depois decidir, nomeadamente quanto ao encaminhamento desses casos e, nesta fase, estamos ainda numa fase de averiguação do que existe. Conhecemos alguns casos de carências, cremos conhecer se há mais e queremos que o nosso Gabinete de Ação Social faça o seu trabalho. Claro que queremos conhecer os casos, pois executivo tem essa preocupação, porque é muito fácil fazerem a pergunta: quantas pessoas carenciadas há no concelho? E eu digo que tenho de chamar a ação social, pois prefiro saber quantas pessoas foram ajudadas pela ação social, e que a ação da ação social trabalhe nessa área.-----

O deputado Ricardo Jacob disse não ver mal nenhum que o executivo tome conhecimento da realidade social do concelho e defina claramente qual é a resposta do técnico e a resposta política. -----

Prosseguindo, o **Presidente** referiu que existem protocolos com Instituto de Emprego, no sentido de ter colaboradores ao abrigo do programa CEI e outros programas que possam vir ainda a ser criados no ano de 2014. Essa rubrica está aberta no orçamento, porque a Câmara tem custos com essas pessoas e não sabemos, de facto, se no ano de 2014 as regras continuam a ser as mesmas. A rubrica abriu-se no sentido de poder ser majorada, porque há custos, desde seguros até pagamento de subsídio de refeição, e não sabemos se poderá haver outros custos ou não e, de facto, a rubrica está já a salvaguardar essas eventualidades.-----

No uso da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia da Aldeia dos Fernandes, **José Germano**, começou por dizer que se fala muito em protocolos e nas novas competências que a lei exige, mas a única diferença é que agora estão escritas, porque dantes, tudo o que é mencionado já as Juntas faziam, seja em relação aos parques, aos

jardins, etc. Eu gostaria de receber mais, como é evidente, mas estou de acordo com aquilo que me dão agora, porque acho que é mais do que aquilo que me davam, pois fui muito mal tratado durante muitos anos. --

Voltando à questão do "Sonho & Verdade", gostaria de dizer que fui proibido de fazer parte da Associação, não me aceitaram. Eu era autarca nessa altura e se alguém gostava que fosse construído um Centro de Dia era eu. Quem comprou o terreno, naquela altura, fui eu e o Sr. Manuel Ribeiro, tendo sido eu a fazer a proposta. O que acontece é que eu, como não era do PSD, infelizmente, eu agora até já não sei quem é do PSD, não me quiseram lá, porque se tratava de uma associação política e eu era do outro lado. Por essa Associação, a Câmara fez tudo e mais alguma coisa. Eu tinha uma Associação chamada "Espiga" e nunca lhe passaram cartão, porque essa não era da cor deles. Acho que as pessoas andam muito preocupadas com a "Sonho & Verdade", e, sinceramente, deviam-se preocupar mais com a Junta de Freguesia de Gomes Aires, mas acabaram com ela, que era a Freguesia mais antiga do Distrito de Beja. Não o deviam ter feito, mas fizeram, porque era uma freguesia do PS e continua a ser do PS e sempre será do PS. Eu acho que está mal, não deve ser assim, nós temos de ser isentos, uma Associação tem de ser isenta, não tem de ser de partido nenhum, tem de ser feita para a população, para ajudar as pessoas, que foi o que eu sempre fiz, foi ajudar as pessoas, portanto deixem-se de politiquices, não vejam só a Associação "Sonho & Verdade", porque há muito mais coisas a fazer por esse concelho todo.-----

O deputado **Ricardo Jacob**, em resposta ao Sr. José Germano, disse que iria reforçar, já agora, para não ficar aqui qualquer dúvida, que o PSD sou eu, são as minhas colegas que estão aqui atrás e outros que não estão aqui hoje. O PSD é um partido renovado, que tem orgulho no que foi feito, mas que não quer dizer que estejamos paralisados quanto ao futuro próximo que aí vem e que está claramente interessado em aplicar, em vigiar todas as medidas do executivo. -----

Usando novamente da palavra, o deputado **Francisco Teixeira**, começou por dizer ao Sr. Presidente que não fica diminuído por continuar e concluir obras que vem do executivo anterior, antes pelo contrário, é uma honra terminar obras que são benéficas para a população, que são de grande vulto, que deixam uma marca no terreno. Deve ser objeto de satisfação terminar um compromisso que outros começaram. Aconteceu a mesma coisa com executivos que tomaram posse e acabaram obras que tinham sido começadas anteriormente. Neste caso concreto, o Sr. Presidente não deve ficar preocupado com o facto de ter de alterar o que está em curso, porque, supostamente, tem outras coisas que pensa que

são mais importantes, ou que a oportunidade do que está em curso não é a adequada, mas quando se perdem oportunidade, elas já não voltam e os financiamentos que existiam para esses projetos perdem-se. Refiro-me à questão das candidaturas, aos projetos comunitários. Aqueles que se perderem agora e que não tenham hipótese de ser aproveitados já, não vão se recuperados no futuro, porque a viragem para outras vertentes estratégicas é completamente diferente. No campo da ação social, por exemplo, penso que as coisas irão perder-se, aliás, como já se começaram a perder, pois já não há programas de apoio à construção de lares como houve aqui a alguns anos atrás, em que há Câmaras que têm praticamente lares em todas as Freguesias. Hoje, isso já é completamente impossível, por isso, nesse aspeto, acho que é motivo de orgulho acabar os projetos, mesmo que venham do executivo anterior, para preparar o futuro.-----

Não posso deixar passar em claro, na medida em que foi referido, e se isso é assim, acho que o executivo deve fazer marcha atrás, no que respeita às participações que as pessoas têm direito nas políticas de ação social da Câmara. Disseram-me que agora as pessoas vêm receber as participações à Câmara, de uma forma personalizada, direta e já não nos balcões da tesouraria, como foi durante estes dez ou doze anos. Se isso acontece, acho condenável, porque mexe com a dignidade das pessoas. As pessoas têm direito às participações no âmbito das políticas sociais da Câmara e devem receber nos balcões da Câmara, junto dos funcionários e não junto do executivo da Câmara. Isso não é política social, nem ação social, é uma coisa que mexe com a dignidade humana. Portanto, Sr. Presidente, peço desculpa se estou a exagerar naquilo que estou a dizer, mas chamo-lhe a atenção para este facto e, se ele continuar, eu trarei esse assunto aqui à assembleia até que ele termine, porque choca com tudo o que é princípios. -----

A proposta que eu queria fazer, também tem um pouco a ver com o que eu disse no início. Sendo um primeiro orçamento, a minha disponibilidade era para não votar contra, porque penso que todos têm direito ao benefício da dúvida, uma vez que estamos no princípio, mas perante os reparos que nós fizemos e perante muita incoerência no conteúdo dos projetos que estão no orçamento, não me importaria de votar favoravelmente este orçamento e o Sr. Presidente nem precisaria de ter acordos de maioria com outras forças políticas. Isto tem a ver com a forma como eu entendo fazer política, que é estar de acordo quando devo estar de acordo, estar contra quando tenho que estar contra, independentemente de arranjos ou de outros acordos que vão para além disso. -----

Os projetos que nós aqui estamos a falar, estão em causa pelo facto do executivo ter a intenção de realizar alterações de prioridades, não porque estes projetos não tenham pernas para andarem. Por um lado, tem a ver com a almofada que existe na Câmara de cerca de 2 milhões de euros, que existem e que vão ter que ser aplicados em 2014 e o Sr. Presidente não nos disse o que pensa fazer com esse dinheiro. Como se deve saber, os projetos candidatados a fundos comunitários não são aprovados só porque se entregam, as coisas acontecem quando os projetos são bem elaborados, são objeto de um conjunto de reuniões, que duraram meses junto das entidades da administração regional e, normalmente, quando eles começam a ser realizados é porque têm uma almofada que lhes dá a garantia da sua continuidade. Portanto, se estivermos à espera que os projetos que apresentamos novos sejam aprovados para fazermos as obras, provavelmente, podemos ficar sentados, porque nunca avançaremos com projetos agora candidatados.

Proseguindo o deputado Francisco Teixeira leu a seguinte proposta: -----

"Proposta -----

Nós estamos dispostos a votar favoravelmente estes documentos se eles regressarem à CMA e contemplarem a seguinte proposta:-----

1- Dotação adequada na rubrica das obras no edifício fronteiro, de acordo com o projeto já elaborado para concurso, adjudicação e conclusão em 2014.-----

2 - Concursar e adjudicar as obras do Armazém, oficinas, parque de viaturas e área social em 2014, com conclusão em 2015.-----

3- Concursar e adjudicar as obras de requalificação urbana do centro histórico da vila de Almodôvar em 2014, com conclusão em 2015, de acordo com o projeto existente.-----

4- Abertura nestas GOP's de rubricas para a construção do centro de dia e apoio domiciliário em Gomes Aires, com dotação de €200 000,00 para 2014 e €60 000,00 para 2015.-----

A inclusão destes 4 projetos nas GPO's de acordo com esta proposta, perfeitamente exequível, dada a disponibilidade financeira na Câmara, ao carácter plurianual dos maiores investimentos e ainda a possibilidade de financiamento comunitário, nomeadamente na requalificação do Nosso centro histórico, introduziria um equilíbrio nestes documentos previsionais e obteria o nosso voto favorável.-----

Os nossos Vereadores na CMA dariam toda a colaboração para encontrar a melhor solução no quadro aqui proposto."-----

Esta é a proposta que nós sugerimos à Mesa e caso fosse aceite significaria que nós estaríamos dispostos a votar favoravelmente o orçamento.-----

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação, **a proposta apresentada pelo Movimento de Independentes Por Almodôvar**, a qual **foi rejeitada por maioria** com 8 votos a contra (PS), 6 abstenções (PSD) e 7 votos a favor (IPA). --

O Presidente da Câmara referiu que os Srs. deputados têm todo o direito de fazer propostas e discutir questões, aliás frisou que estava aberto e pessoalmente empenhado em melhorar o mais possível o orçamento. Lembrou, no entanto, que este orçamento tem as linhas orientadoras do partido que os munícipes de Almodôvar escolheram para gerir a Câmara e não poderá ser nunca um orçamento do IPA ou outro partido qualquer, porque não é este o partido que está no executivo. Será o atual executivo que terá de definir as linhas e, salienta novamente, este é um orçamento que o limita, porque querem honrar compromissos do anterior executivo, como esperam que um dia, quando forem executivo, também o façam. Quando falam em perda de oportunidades, não posso deixar de pensar em quem perdeu o tribunal há doze anos atrás, e não quero cometer as mesmas situações, mas quero, que fique bem claro, que tudo farei para não perder oportunidades, no entanto, se encontrar uma solução viável, ainda voltando ao "Sonho & Verdade", para criar esse equipamento social, não farei nada que permita que o mesmo volte a acontecer. Uma lembrança, que serve para todos, é que nós convidamos toda a gente a participar. Agora criticar, dizer que o nosso orçamento é simbólico tudo bem, mas quando foram chamados a participar não o fizeram, poderiam ter tido a oportunidade de o fazer, de o melhorar logo desde o início, porque nós estivemos abertos a todas as sugestões.-----

O deputado Francisco Teixeira referiu que o grupo parlamentar dos independentes não recebeu nenhum documento, nem nenhum pedido de colaboração para o orçamento. Não sabe se os vereadores receberam, mas as forças políticas, não digo os vereadores, devem receber num determinado período que está previsto na lei, e no âmbito do direito da oposição, os documentos previsionais que vão ser objeto de discussão na Assembleia e o nosso grupo não recebeu nenhuma documentação para nós podermos apreciar-----

Não havendo pedidos de intervenção, o **Presidente da Assembleia** colocou à votação **a Proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o exercício económico de 2014**, a qual **foi aprovada, por maioria**, com 15 votos a favor (PS,PSD), 1 abstenção (IPA) e 5 votos contra (IPA). -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

O Grupo Municipal IPA, apresentou a seguinte Declaração de Voto que se transcreve: -----

"ORÇAMENTO E AS GOP`S PARA 2014 -----"

*O Grupo Municipal **INDEPENDENTES POR ALMODÔVAR (IPA)** manifestou um enorme esforço para colaborar na feitura de um Orçamento e GOP`s que, de forma equilibrada, clara e objectiva, gerasse uma base de consenso que garantisse o esforço de todos na sua concretização.-----*

Fizemo-lo na análise cuidada do seu conteúdo, nas preocupações e sugestões que manifestámos e na proposta clara e concreta que apresentámos.-----

Infelizmente deparámos com uma intransigência enorme desta maioria, com suporte incompreensível do PSD, o que transformou a nossa vontade de colaboração e disposição para deixar passar estes documentos sem votos negativos numa situação em que fomos praticamente obrigados a votar contra, dado o desequilíbrio evidenciado nas GOP`s e na sua notória inversão de prioridades, aliada a uma falta de rigor e de capacidade de concretização.-----

Vamos ter um ano de 2014 em que as obras em curso, pelo que vemos no orçamento, caminharão devagar, com todos os prejuízos para o concelho. Provavelmente iremos assistir a uma diminuição do investimento que tem alimentado a actividade económica do concelho nos últimos anos, com origem construção de novas infraestruturas e equipamentos que se mostraram indispensáveis, traduzindo uma ausência de estratégia e de desenvolvimento.---

Continuaremos, todavia, atentos e disponíveis para dar o nosso contributo a este Executivo e ao concelho, no sentido de minimizar esta situação, se o caminho do diálogo vier a ser iniciado. -----

O Grupo Municipal dos "Independentes por Almodôvar"-----

O Grupo Municipal do PSD apresentou a seguinte Declaração de Voto que se transcreve: -----

"Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Srs. Deputados, público em geral:-----

Tal como sucede sempre em ano de Eleições Autárquicas, os orçamentos e as grandes Opções do Plano surgem sempre numa linha de continuidade nomeadamente ao nível da execução dos projetos e compromissos em curso que derivam de opções do anterior executivo. Naturalmente que pese embora esse condicionalismo, este não seria o orçamento do PSD, a nossa visão é mais social, humana e empreendedora. -----

Realçamos, a abertura do executivo em acolher sugestões de todas as partes envolvidas neste processo e a importância do aumento efetivo de verbas para as juntas de freguesia do Concelho, algo que sempre defendemos inclusivamente no nosso último programa eleitoral aquando das últimas Eleições Autárquicas.-----

Entendemos ser nosso dever viabilizar este Orçamento e as Grandes Opções do Plano, votando favoravelmente, uma vez que a aprovação deste salvaguarda o superior interesse do Concelho de Almodôvar assente no cumprimento de todos os compromissos em todos os órgãos do Município e freguesias do Concelho." -----

B.8. - CONHECIMENTO DA ATUALIZAÇÃO DAS TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS CONSTANTES NA TABELA ANEXA AO REGULAMENTO, PARA VIGORAR O ANO ECONÓMICO DE 2014:-----

O **Presidente da Câmara** explicou que, em conformidade com o disposto no art.º 8.º do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas e Outras Receitas Municipais, a Câmara Municipal aprovou a atualização ordinária das Taxas constantes na Tabela anexa ao Regulamento supra identificado, em função do índice de inflação calculado pelo Instituto Nacional de Estatística, cuja estimativa é de 0,6% em 2014. A Tabela de Taxas devidamente atualizada acompanha a proposta das Grandes Opções do Plano e Orçamento, para o ano de 2014 para, em conjunto, vigorarem a partir do dia 01.JAN.2014.” -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

B.9. - DESIGNAÇÃO DE MEMBROS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO: ----

O **Presidente da Assembleia** explicou que houve um lapso na denominação deste ponto da ordem do dia, uma vez que a intenção da Mesa, neste momento, não é designar os membros para integrar a comissão, mas para chamar a atenção das forças políticas e arranjar, com uma certa urgência, os nomes dos membros, os quais deverão obter o consenso de todas as forças políticas com assento nesta Assembleia, como já aconteceu em relação à anterior. Explicou, ainda, que esta comissão tem um limite temporal de dois anos e precisa de ser novamente designada com uma certa urgência. Propôs, assim, que cada grupo municipal designe um representante e a Mesa outro, ficando assim uma lista de quatro pessoas para constituírem a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, a aprovar numa próxima Assembleia Municipal. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

B.10. - CONHECIMENTO DA LISTAGEM DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS, NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DOS MESMOS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI N.º 8/2012, DE 28 DE FEVEREIRO: -----

O **Presidente da Câmara** referiu que, na sequência da proposta 25/PC/2013, aprovada pela Assembleia, em 29 de abril, e em conformidade com a Lei n.º 8/2012, 21 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, e regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, não foram efetuados compromissos plurianuais ao abrigo da autorização prévia genérica.-----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

B.11. - CONHECIMENTO DO AUTO DE ABATE DE MATERIAL INFORMÁTICO:-----

O **Presidente da Câmara** recordou que o equipamento informático é de desgaste rápido e tem necessidade de ser substituído. Neste âmbito, deu conhecimento do teor do Auto de Abate, através do qual a Câmara Municipal abateu material informático, nomeadamente, antivírus, office 2003, Microsoft e Windows XP. -----

A Assembleia tomou conhecimento. -----

B.12. - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA; (ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO):-----

O **Presidente da Câmara**, referiu que se trata de um conjunto de documentos, entre os quais a execução orçamental, produzida pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças e, que qualquer munícipe poderá, em divido tempo, consultar na página eletrónica da Câmara.-----

Este edil, realçou, que até ao dia **30 de novembro**, o **total de receitas** líquidas, ascenderam a €7.018,013,98, que comparadas com o período homólogo de 2012, apresentam um acréscimo de 111.455,98, que equivale a 1,61%, concorrendo, para o efeito, nomeadamente, o aumento da receita proveniente dos Impostos Diretos. Relativamente à despesa salientou, que o total da despesa paga até 30 de novembro ascendeu a €11.023.985,48, e, assim, registou um aumento de 6,55%, correspondente a €677.928,19 comparativo ao mesmo período do ano anterior, que foi de €10.346.057,29.

O **Presidente da Assembleia** abriu as inscrições tendo-se inscrito o deputado **José Brites** que leu a seguinte recomendação: -----

"Recomendação -----

José Eduardo Pereira Brites, deputado eleito do PS para esta Assembleia nos termos do regimento vem dizer sobre o relatório enviado e que dou por recebido respeitante as atividades de Janeiro a Dezembro de 2013 apresentado pela Divisão de Administração e Finanças - DAF para conhecimento vem fazer a seguinte:-----

Recomendação -----

Sobre esta Divisão é pena que só seja dado conhecimento a Assembleia nas suas sessões as informações respeitantes as Finanças no que respeita a Administração e seus respetivos serviços, salvo uma ou outra exceção, não proceder da mesma maneira ou seja o de apresentar informações relatórios, listas, ou relações, nos períodos que medeiam entre as sessões da Assembleia, aliás como fazem outras divisões e serviços do Município, dando assim possibilidade da Assembleia tomar conhecimento do que ali foi feito.-----

Também por ser do meu conhecimento pessoal por ter sido deputado no mandato 2009 a 2013 no que respeita à Assembleia Municipal na sua página treze no seu paragrafo na "elaboração das atas", deve haver um maior cuidado na sua elaboração basta ver e ler na primeira ata desta Assembleia e deste mandato para se aperceber dos erros ali existentes, e em muitas outras do mandato anterior em que havia não só erros mas também omissões e lapsos para não falar em resumos que depois de feitos muitas vezes se reduzem ao anexo tal, calando assim a voz do deputado que intervinha, não havendo na elaboração de atas comparação possível as do mandato anterior com as da Câmara Municipal.-----

Por ultimo nos seus parágrafos sobre expediente e resposta aos pedidos de informação veiculados pela mesa da Assembleia Municipal também aqui ao contrário do que ali se diz no mandato findo a 21 Outubro a resposta não foi assegurada dentro do prazo estipulado uma vez que o prazo de resposta salvo o erro podia ir até aos 20 dias, por vezes cheguei a esperar um ano por o recebimento de documentos solicitados."-----

B.13. - APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA. -----

O Sr. Presidente da Mesa colocou à votação a minuta da ata da sessão, contendo as deliberações tomadas nas rubricas da Ordem do Dia, tendo a mesma sido **aprovada, por unanimidade**, com 21 votos a favor (PS,IPA,PSD) -----

C – PERÍODO APÓS A ORDEM DO DIA -----

C.1. - Intervenção dos munícipes (n.º 6, do art.º 84.º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro); -----

O **Presidente da Assembleia**, dirigindo-se ao grupo de munícipes presentes, questionou se estava alguém interessado em intervir.-----

Pediu a palavra o munícipe **Sr. Carlos Rosa**, que questionou sobre a política de cultura, referindo que nas Grandes Opções do Plano se fala de ações turísticas, de ações sociais e que cultura é, infelizmente, o parente pobre, que está sempre esquecido, solicitando que em breves palavras ela fosse aqui enfatizada.-----

O **Presidente da Câmara**, referiu que culturalmente está a apostar em algumas áreas, relembra que há projetos para o museu de arte sacra, que darão continuidade a toda a área que está culturalmente a ser recuperada, tal como o museu em Santa Clara-a-Nova e os museus em Almodôvar, que, achamos, são processos viáveis. Iremos implementar a Escola de Música, porque temos condições para o fazer. Iremos apostar em alguns projetos de dinamização jovem, no sentido de promover mais festivais de verão e encontro de jovens no nosso concelho. Vamos tentar criar uma galeria de arte, que será uma vertente para a qual estamos virados, depois contaremos, certamente, com outros projetos, que com a ajuda das instituições, porque queremos colaborar com todas,

poderemos por em prática e ir dinamizando, à medida que as situações vão surgindo. Por agora, vamos garantir aquilo que estava a ser bem feito, e vamos criar novas soluções para as adequar àquilo que nós pensamos ser viável. Acrescentou que o cine teatro será uma realidade ainda este ano, se tudo correr bem e teremos certamente projetos para ele.-----

FECHO: Finda a ordem de trabalhos, e nada mais havendo a tratar, nos termos do Regimento e da alínea c) do n.º 1, do art.º 30º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a sessão por encerrada, era uma hora do dia 28 de dezembro de 2013-----

Para constar e para os fins consignados no n.º 1 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, na sua atual redação, se lavrou a presente ata da sessão. -----

Os anexos à ata fazem parte integrante da mesma e dão se aqui por reproduzidos.-----

E eu, **Duarte Freitas de Sousa**, 1º secretário da mesa da Assembleia Municipal, a redigi e subscrevo. -----